

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E TECNOLOGIA
CURSO DE DESIGN

LAÍS CYBELE NOGUEIRA ALMEIDA RODRIGUES

**O OLHAR DO DESIGNER TRANSCENDENDO A INVISIBILIDADE SOCIAL DAS
VIDAS AO LÉU: Análise das condições de vida das pessoas em Situação de
Rua na cidade de São Luís/MA**

São Luís

2019

LAÍS CYBELE NOGUEIRA ALMEIDA RODRIGUES

**O OLHAR DO DESIGNER TRANSCENDENDO A INVISIBILIDADE SOCIAL DAS
VIDAS AO LÉU: Análise das condições de vida das pessoas em Situação de
Rua na cidade de São Luís/MA**

Monografia apresentada à coordenação do curso de Design da Universidade Federal do Maranhão, como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Design.

Orientadora: Prof^a. Dra. Livia Albuquerque

São Luís

2019

**Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Núcleo Integrado de Bibliotecas/UFMA**

Rodrigues, Laís Cybele Nogueira Almeida.

O OLHAR DO DESIGNER TRANSCENDENDO A INVISIBILIDADE SOCIAL DAS VIDAS AO LÉU: : Análise das condições de vida das pessoas em Situação de Rua na cidade de São Luís/MA / Laís Cybele Nogueira Almeida Rodrigues. - 2019.
72 f.

Orientador(a): Livia Flávia de Albuquerque Campos. Monografia (Graduação) - Curso de Design, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2019.

1. Design, designer e sociedade. 2. Infografia. 3. Pessoas em situação de rua. 4. Vulnerabilidade Social. I. Campos, Livia Flávia de Albuquerque. II. Título.

**O OLHAR DO DESIGNER TRANSCENDENDO A INVISIBILIDADE SOCIAL DAS
VIDAS AO LÉU: Análise das condições de vida das pessoas em Situação de
Rua na cidade de São Luís/MA**

Monografia apresentada à coordenação do curso de Design da Universidade Federal do Maranhão, como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Design.

Aprovado em: ___/___/___

Nota: _____

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dra. Livia Albuquerque (Orientadora)

Prof^o. Me. Márcio Guimarães

Prof^a. Me. Karina Bontempo

À Deus, sempre.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pelo dom da minha vida, e por ter me sustentado dando-me absolutamente tudo que eu precisava para chegar até aqui. Do mesmo modo, agradeço a Maria Mãe de Deus e minha Mãe, pela constante intercessão e proteção que derrama sobre mim.

À minha mãe e melhor amiga Norma Célia, por toda luta e dedicação, a qual devo tudo que sou e, eventualmente, serei um dia. És meu exemplo, e levarei pra sempre comigo sua humildade, perseverança e amor.

À minha mãe de coração e de alma 'Mamãe' Raimunda Teles (em memória), por todo carinho, cuidado e amor. À minha avó Onezima Nogueira (em memória), pela força, resistência e amor. Sempre serão lembradas em meu coração.

À minha companheira de vida Laíssa Sá, por toda paciência, cuidado, atenção, e amor. Minha gratidão.

Ao meu padrasto Leonisio Junior, pela dedicação de um verdadeiro pai. À minha madrinha Célia, pela contribuição na minha educação. Ao meu pai Sérgio Murilo. E à toda minha família (avós, tios, primos, afilhados e amigos).

Aos meus colegas de turma da Universidade Federal do Maranhão, Camila, André e Maria, pelas vivências durante todo esse período de formação acadêmica.

À minha orientadora Prof^ª. Dr^ª. Livia Albuquerque pela compreensão e tempo empreendido na construção deste trabalho de conclusão de curso, à Prof^ª. Me. Karina Bontempo por toda paciência e ajuda, e ao Prof^º Me. Márcio Guimarães pelo incentivo e demonstração de sensibilidade com o trabalho em questão.

Aos sujeitos dessa pesquisa, que me deram a honra de conhecer suas histórias, e aos pontos de pesquisa por me receberem de forma positiva.

E a todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação e da construção desse trabalho.

Obrigada por tudo!

“Se cada um fizer sua parte, se cada pessoa se conscientizar do seu papel social, poderemos não resolver o problema da miséria no mundo, mas estaremos colaborando sensivelmente para diminuir os miseráveis e aplacar a dor de muitos sofredores.”

Irmã Dulce

RESUMO

O presente trabalho visa analisar a desassistência geral vivenciada pelas pessoas em situação de rua, bem como suas condições de vida no cotidiano, e seus efeitos contribuintes para invisibilidade social culturalmente instaurada. Para tanto, serão feitas análises pautadas no design socialmente responsável, que tem como objetivo maior contribuir para a melhoria da qualidade de vida de determinada comunidade ou grupo. Inicialmente, apresentam-se esclarecimentos sobre desigualdade social, políticas públicas para pessoas em situação de rua, e invisibilidade social. Em seguida, discute-se o conceito de design social, assim como o impacto causado por ele sobre a sociedade, em especial a dos menos favorecidos social, cultural e economicamente. Também será discutido sobre o conceito de infografia e sua eficiência na transmissão de informações. Por fim, com a propósito de coletar e analisar os dados obtidos durante o estudo, apresenta-se uma pesquisa descritiva e exploratória, de natureza qualitativa, na cidade de São Luís - MA. A partir dos resultados coletados, serão elaborados infográficos para etapa de análise de dados, com informações pertinentes sobre as várias situações vividas pelas pessoas em situação de rua, com o intuito de informar e contribuir de alguma forma positivamente na vida desse grupo social tão excluído e sofredor.

Palavras-chave: Pessoas em situação de rua. Vulnerabilidade Social. Design, designer e sociedade. Infografia.

ABSTRACT

The present study aims to analyze the general lack of attendance experienced by street people, as well as their living conditions in daily life, and their contributing effects to social invisibility culturally established. For this, analyzes based on socially responsible design will be made, whose main objective is to contribute to the improvement of the quality of life of a particular community or group. Initially, clarifications are presented on social inequality, public policies for street people, and social invisibility. Next, the concept of social design is discussed, as well as the impact it has on society, especially the socially, culturally and economically disadvantaged. It will also be discussed about the concept of infographics and their efficiency in the transmission of information. Finally, with the purpose of collecting and analyzing the data obtained during the study, a descriptive and exploratory research, of a qualitative nature, is presented in the city of São Luís - MA. Based on the collected results, infographics will be elaborated for the data analysis stage, with pertinent information about the various situations lived by street people, with the purpose of informing and contributing in a positive way to the life of this social group so excluded and sufferer.

Keywords: People in street situation. Social vulnerability. Design, designer and society. Infographics.

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1 - Os circuitos integrado e marginalizado, segundo Sunkel (1970)
- Figura 2 - O circuito da Exclusão a partir do esquema de Sunkel (2000)
- Figura 3 - Diagrama de Serra - A Infografia como interseção de três campos (1998)
- Figura 4 - Modelo de linguagem proposto por Twyman (1985)
- Figura 5 - Exemplos elementos gráficos, baseados na definição de Horn (1998)
- Figura 6 - Produção de infográficos por Moraes (2013)
- Figura 7 - Músicas para os Filhos por Fraternidade O Caminho (2019)
- Figura 8 - Oração Inicial por Fraternidade O Caminho (2019)
- Figura 9 - Fraternitas São José Disponível por Fraternidade O Caminho (2019)
- Figura 10 - Conversa Direta por Fraternidade O Caminho (2019)
- Figura 11 - Oração por Fraternidade O Caminho (2019)
- Figura 12 - Corte de Cabelo e Barba por Fraternidade O Caminho (2019)
- Figura 13 - Corte de Unhas por Fraternidade O Caminho (2019)
- Figura 14 - Escuta e Aprendizado por Fraternidade O Caminho (2019)
- Figura 15 - Distribuição de Refeições por Fraternidade O Caminho (2019)
- Figura 16 - Dança e Louvor por Fraternidade O Caminho (2019)
- Figura 17 - Reunião Interna dos Servos por Fraternidade O Caminho (2019)
- Figura 18 - Contatos Individuais por Fraternidade O Caminho (2019)
- Figura 19 - CnaR na Praça Deodoro por Equipe CnaR (2019)
- Figura 20 - CnaR no Desterro por Equipe CnaR (2019)
- Figura 21 - CnaR no Mercado Central por Equipe CnaR (2019)
- Figura 22 - CnaR na Praça Deodoro por Equipe CnaR (2019)
- Figura 23 - CnaR em Bairros Periféricos por Equipe CnaR (2019)
- Figura 24 - CnaR no Terminal da Praia Grande por Equipe CnaR (2019)
- Figura 25 - Sede do Centro Pop por Centro Pop (2019)
- Figura 26 - Fachada da Sede por Centro Pop (2019)
- Figura 27 - Roda de Conversa com Psicólogas por Centro Pop (2019)
- Figura 28 - Avaliação Nutricional por Centro Pop (2019)
- Figura 29 - Oficina de Artesanato por Centro Pop (2019)

Figura 30 - Conferência Estadual da Saúde por Centro Pop (2019)

Figura 31 - Palestras por Centro Pop (2019)

Figura 32 - Momentos de Descontração por Centro Pop (2019)

Figura 33 - Metodologia de Design de Munari (1998)

Figura 34 - Classificação de Rudolf Modley (1969)

Figura 35 - Infográfico com Dados da Fraternidade O caminho pela autora (2019)

Figura 36 - Infográfico com Dados do Consultório na Rua pela autora (2019)

Figura 37 - Infográfico com Dados do Centro Pop pela autora (2019)

Figura 38 - Paleta Cromática do Infográfico pela autora (2019)

Figura 39 - Infográficos Analisados de Pinterest (2019)

Figura 40 - Análise e Escolha Tipográfica pela autora (2019)

Figura 41 - Rascunho do possível grid pela autora (2019)

Figura 42 - Infográfico com Informações Gerais das Pessoas em Situação de Rua da cidade de São Luís - MA pela autora (2019)

LISTA DE SIGLAS

AB - Atenção Básica

AIGA - American Institute of Graphic Arts

BPC - Benefício de Prestação Continuada

CadÚnico - Cadastro Único

CAPES - Centros de Atenção Psicossocial

CIAMP-RUA - Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua

CnaR - Consultório na Rua

CNAS - Conselho Nacional de Assistência Social

CPF - Comprovante de Situação Cadastral

DST - Doenças Sexualmente Transmissíveis

ESUS - Estratégia do Sistema Único de Saúde

HIV/AIDS - Vírus da Imunodeficiência Humana / Síndrome da Imunodeficiência Adquirida

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ISOTYPE - Sistema de Educação pela Imagem Tipográfica

LOAS - Lei Orgânica de Assistência social

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário

ONU - Organização das Nações Unidas

PNAS - Política Nacional de Assistência

POP - Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua

PSR - População em Situação de Rua

RG - Registro Geral / Carteira de Identidade

SAMU - Serviços de Urgência e Emergência

SECOM - Secretaria Municipal de Comunicação Social

SEDES - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social

SEMUS - Secretaria Municipal de Saúde

SEMCAS - Secretaria Municipal da Criança e Assistência Social

SEMSA - Secretaria Municipal de Segurança Alimentar

SENARC - Secretaria de Assistência Social e a Secretaria Nacional de Renda e Cidadania

SINE - Sistema Nacional de Emprego

SUAS - Sistema Único de Assistência Social

SUS - Sistema Único de Saúde

UBS - Unidades Básicas

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	15
1.1 Objetivos	16
1.1.1 Objetivo Geral	16
1.1.2 Objetivo Específico	17
2. REFERENCIAL TEÓRICO	17
2.1 Pessoas em Situação de Rua no Brasil	17
2.1.1 Nomadismo e desterritorialização da cidadania da população de rua	17
2.1.2 Exclusão social e Desigualdade socioeconômica	19
2.1.3 Estigmatização e definição de população em situação de rua	21
2.1.4 O Estado e a população de rua	23
2.2 Políticas Públicas para Pessoas em Situação de Rua no País	25
2.2.1 Políticas Públicas de Assistência e Inclusão Social	25
2.2.2 Interação entre o Poder Público e a Sociedade Civil	27
2.3 O Design Social	29
2.3.1 O Papel Social /do Design e a Sociedade	29
2.3.2 Metodologia de Design e impacto social	30
2.4 Infografia	31
2.4.1 História	32
2.4.2 Síntese	33
2.4.3 Infografia e Linguagem Visual	34
2.4.4 Prática da Infografia	36
2.4.5 Apuração	38
2.4.6 Projeto	39
2.4.7 Avaliação	39
3. METODOLOGIA	39
3.1 Tipo de Pesquisa	39
3.1.1 Etapas da pesquisa	40
3.1.2 Técnicas de coleta de dados	40
3.2 Locais ou Pontos de Apoio da Pesquisa	42

3.2.1	Fraternidade O Caminho.....	42
3.2.2	SEMUS - Secretaria Municipal de Saúde - Consultório na Rua.....	46
3.2.3	SEMCAS - Centro POP - Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua.....	49
3.3	Análise de dados.....	52
3.4	Infográfico.....	53
3.4.1	Processo Metodológico.....	53
3.4.2	Processo Criativo.....	54
3.4.3	Iconografia.....	55
4.	PERFIL DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA DE SÃO LUÍS - MA..	56
4.1	Dados coletados na Fraternidade O Caminho.....	56
4.2	Dados coletados no Consultório na Rua.....	57
4.3	Dados coletados no Centro Pop.....	58
5.	RESULTADO.....	59
5.1	Construção do Infográfico.....	59
5.1.1	Definição de Cores	59
5.1.2	Definição de Tipografia	60
5.1.3	Definição de Layout	61
5.2	Infográfico criado para apresentação de informações gerais obtidas durante a pesquisa sobre a População em situação de rua de São Luís-MA.....	62
6.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	63
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	64
	ANEXOS.....	70

1 INTRODUÇÃO

O design segundo Lia Krucken (2009) é uma ciência social que precisa mudar, integrar-se transversalmente por conhecimentos de diversas disciplinas, e valorizar identidades, podendo assim colaborar direto ou indiretamente com a qualidade de vida das pessoas.

Como qualquer outro profissional, o designer deve dar maior importância ao seu papel social e não apenas estar focado em um mercado sedento por lucro, sendo que o design orientado apenas desta forma aumenta os problemas e desequilíbrios sociais, afirma Victor Papanek (1982).

Este trabalho surge por inquietações e incômodos no que tange a noção difundida sobre o design como produção de luxo e indústria, fundada apenas em preocupações estéticas e formais, com pouca ou nenhuma preocupação com a responsabilidade social. Desta forma, é necessário evidenciar que o design é muito além disso, indo assim de encontro com o design social.

De acordo com a conceituação de Ana Pazmino (2007) o design social se entende como atuação em áreas que não são de interesse da indústria e que podem proporcionar qualidade de vida através de suas soluções, sendo para sociedade desenvolvedor de produtos ou serviços que atendam as necessidades reais específicas de cidadãos menos favorecidos social, cultural e economicamente, assim como algumas populações como pessoas de baixa renda.

Relatado por Shedroff (1999), o impacto do design sobre a sociedade é, de uma perspectiva que vislumbra uma transposição de prerrogativas defendidas na modalidade design social para o campo de requisitos ou preceitos que devem ser considerados e aproveitados na prática do design como um todo.

O designer tanto pode atuar como agente reproduzidor das desigualdades sociais e econômicas existentes entre indivíduos e grupos sociais, quanto como agente emancipador, considerando-se que assume um papel determinante na produção das características, necessidades e anseios das pessoas, no processo de desenvolvimento de produtos, afirma Ono (2004).

Acrescenta ainda Cardoso (1998), quando diz que este tipo de trabalho dá visibilidade material as relações entre indivíduos, sendo assim cultura material, onde na sociedade industrial o designer é em grande parte responsável pela sua produção.

Deste modo, correto para o designer, segundo Heleno Almeida (2005) é projetar equipamentos/produtos que possam verdadeiramente propiciar novas alternativas para que se alcance situações distintas, até mesmo salvar sem-tetos do frio das madrugadas. Pois as pessoas precisam de produtos ou serviços que elas sintam ter sua própria dignidade e cidadania nas mãos, onde o design é sem dúvidas uma das ferramentas para isso.

Diante disto, compreende-se que o design indissociavelmente está ligado aos impactos sobre a sociedade, tem assim grupos carentes de produtos ou serviços que os ajude a cumprir necessidades básicas, como as faltas vivenciadas particularmente pelas pessoas em situação de rua. Ou seja, grupo que embora exista de forma muito presente na nossa sociedade, carece de serem estudados e atendidos.

Deste modo, visa-se criar um infográfico que organize informações pertinentes sobre situações vividas pelas pessoas em situação de rua, onde fique claro que design pode sim interferir positivamente na vida desse grupo social que é tão excluído.

1.1 Objetivos

1.1.1 Objetivo Geral

Apresentar os dados coletados durante a pesquisa sobre a vida das pessoas em situação de rua da cidade de São Luís - MA, por meio de infográfico, onde o mesmo elenque necessidades e situações distintas vivenciadas por essa população, onde possivelmente o designer e a sociedade poderiam interferir positivamente, promovendo assim maior esclarecimento e interesse de profissionais ou não do design, em contribuir para melhor condição de vida desse grupo social.

1.1.2 Objetivo Específico

- Fazer levantamento bibliográfico de pesquisas já realizadas sobre as pessoas em situação de rua no Brasil.
- Analisar características e costumes de moradores de rua de São Luís - MA.
- Conhecer órgãos e/ou entidades que prestam serviços a esse grupo na cidade.
- Identificar pontos na vida das pessoas em situação de rua de São Luís - MA onde poderia haver interferência positiva do design e da sociedade.
- Exibir os dados resultantes da pesquisa através de infografia.

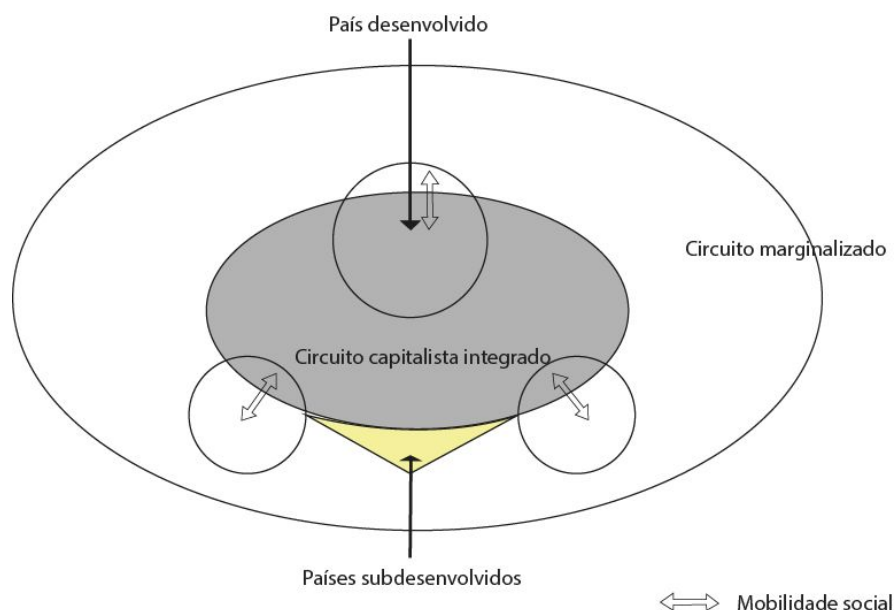
2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Pessoas em Situação de Rua no Brasil

2.1.1 Nomadismo e desterritorialização da cidadania da população de rua

Sobre certo momento do processo de desigualdade social alimentada pelo capitalismo, Sunkel (1970) diz que a lógica do fundamento do capitalismo produzia severa segregação em alguns países, onde haveria um expressivo número de pessoas que não conseguira se engajar diretamente no sistema econômico dinâmico. Para ele, na medida em que pobres seguissem a via capitalista, a diferença entre centro e periferia tende a ser evidentemente quantitativa, além da intensificação das relações de dependências. Assim, no centro, a chamada marginalidade estrutural é excessiva, enquanto na periferia ela torna-se regra. Tal raciocínio pode ser melhor compreendido no diagrama a seguir.

Figura 1 - Os circuitos integrado e marginalizado, segundo Sunkel



Fonte: Sunkel (1970)

Simmel (1998) enfatiza em suas obras a relevância sociológica da figura do pobre, onde este possui grande necessidade de espaços e recursos materiais para viver dignamente. Ainda segundo o autor, na relação estabelecida entre indivíduo e sociedade, o pobre assume um incômodo papel de “estrangeiro”, pois é carregado de significados dentro do processo de diferenciação social.

Ainda de acordo com Simmel (1998) e contextualizando com a contemporaneidade, pode-se afirmar que o pobre está fora do grupo social em que decorre sua existência, pois embora faça sim parte do mesmo, suas características discrepam dos modelos convencionais legitimados pela maioria.

Contudo, deve-se reconhecer que a interação com as pessoas em situação de rua é difícil, pois este grupo possui posicionamento singular dentro do entrelaçado de conexões que estabelecem os indivíduos na sociedade atual. Assim como é complexo o processo de pesquisa e compreensão desse grupo social, pois o mesmo é inconstante, efêmero, e nômade.

A população em situação de rua necessita de qualquer sentimento de propriedade sobre o espaço que não possui. Para ela, a vivência territorial ocorre na inquietação das calçadas, viadutos, rodovias, praças, prédios abandonados, feiras, e lixões.

Não é complexo observar e compreender que as pessoas em situação de rua vivem além de uma vulnerabilidade locacional, vivenciam também uma territorialização precária e situação de desamparo de forma ampla.

De acordo com Menezes (2006), o desamparo é uma circunstância característica do viver contemporâneo, e se expressa pela falta de segurança quanto ao futuro dos indivíduos. Os sujeitos em situação de rua frente ao desamparo que vivem, lidam com o desconforto das intempéries, dos olhares de preconceito, de desconfiança, da insalubridade, e da insegurança.

A conjuntura social em que vive esse grupo, geralmente os recrimina e os culpa por sua degradação, fazendo ainda de tudo para que sua presença seja subjetivizada e findável. Mediante isto, há uma luta interna dessas pessoas sobre a reconstrução dos seus sentidos, e uma constante sensação de angústia.

Segundo Bauman (1998), a consciência no que diz respeito ao outro, referindo-se a um comportamento moral, surge na condição de proximidade. Daí se dá a manutenção intrínseca da distância social, que reduzem o impulso de julgar o sofrimento do outro como algo que nos diga respeito.

Infelizmente as pessoas em situação de rua são como coisa fora do lugar, impuros, e não participante do panorama social. Estes, diariamente, vivenciam uma relação de desrespeito e disparidade frente aos seres atuantes na sociedade contemporânea e capitalista.

2.1.2 Exclusão social e Desigualdade socioeconômica

De acordo com Nascimento (1994), o termo “exclusão social” se refere a um grupo social que, considerado como desnecessário, é passível de, no limite, ser eliminado fisicamente. Hoje, esse conceito embora ainda atual, é considerado como efeito colateral malquisto da modernidade.

Dentro dessa ótica, é possível analisar que pessoas pobres vêm sendo inseridas na exclusão social, na medida em que a sociedade visa cada vez mais uma lógica econômica, que acaba por incrementar sua produção e reduzir a participação do trabalho humano.

Em conformidade com Buarque (1993), as gritantes formas de desigualdade na esfera da exclusão social, são intrínsecas à espécie humana, além de que, essa desigualdade acaba por possivelmente gerar uma conjuntura de distinção, caracterizada pelo rompimento de vínculos de solidariedade e de pertencimento de uma mesma espécie.

Esta colocação do autor vem ao encontro do que foi dito recentemente pelo Papa Francisco (2018) no último Dia Mundial dos Pobres:

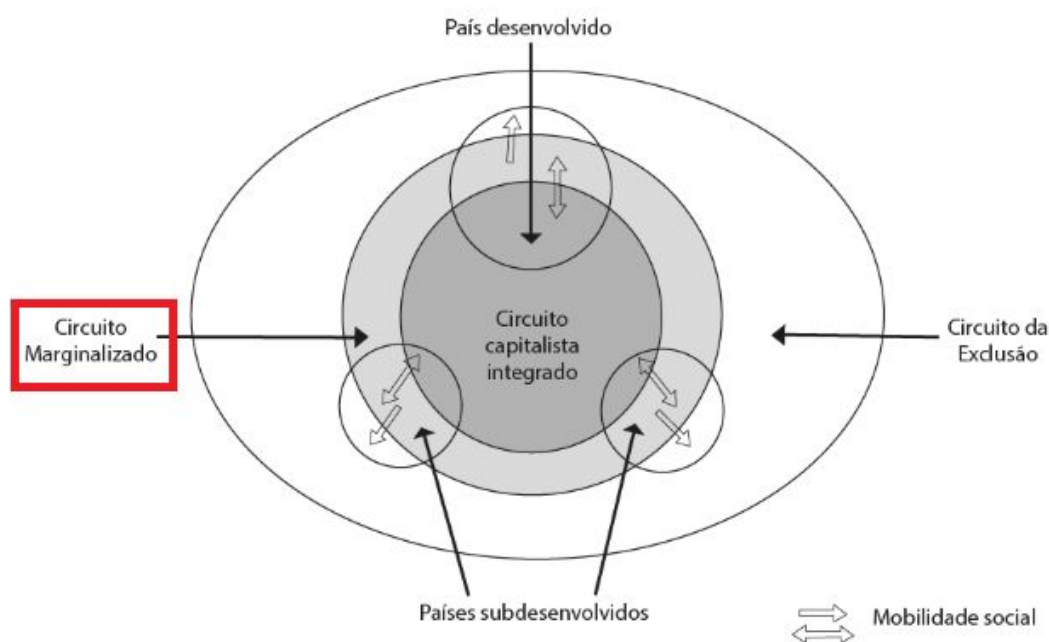
“Com frequência, infelizmente verifica-se que as vozes que se ouvem são de repreensão e convite a estar calados e a sofrer. São vozes desafinadas, muitas vezes regidas por fobia para com os pobres, considerados como pessoas não apenas indigentes, mas também portadoras de insegurança, instabilidade, e extravio dos costumes da vida diária e, conseqüentemente, pessoas que devem ser repelidas e mantidas longe.”

Tal afirmação evidencia que pessoas em situação de rua são consideradas desnecessárias para sociedade na sua maioria, principalmente na esfera econômica, pois além de gerar custos (gastos em políticas sociais), geram também riscos (segurança pública).

Segundo Bursztyn (2003), o composto global gera indivíduos desprezíveis, que passam a viver das sobras do consumo. Tratando os humanos como lixo que vivem na rua e da rua, sendo assim o descarte do consumo e o descarte social, se unindo, vivendo um do outro.

O esquema de Sunkel (1970) a seguir, com algumas adaptações, mostra o posicionamento da exclusão social no quadro geral da dinâmica entre os grupos integrados e marginalizados. Nestas condições, a possibilidade de mobilidade social deixa de ser de mão dupla, e passa a ser apenas em um único sentido. Sentido este que está sempre direcionado para a parte inferior na hierarquia social.

Figura 2 - O circuito da Exclusão a partir do esquema de Sunkel



Fonte: Adaptado de Sunkel (1970)

2.1.3 Estigmatização e definição de população em situação de rua

Em nosso dia a dia nos deparamos de forma corriqueira com diversas pessoas em situação de rua, pois tais indivíduos habitam de modo frequente distintos logradouros públicos e alguns até privados. Embora não percebamos ou analisemos, geralmente de forma involuntária acabamos por negligenciar a interação com esse grupo, seja isto por receio ou repulsa.

Guareschi (1996) fala em um dos seus livros sobre conteúdos simbólico ideológicos, que na medida em que se reproduzem e são transmitidos, contribuem para massificação de relações com teor de exploração e dominação. Dentre as alusões que o autor faz sobre “estratégias de operação ideológica”, está a “rotulação ou estigmatização”, que é a que usaremos inicialmente para discutir sobre as pessoas em situação de rua.

Para melhor compreensão desse mecanismo, usemos o conceito “esquemas tipificadores” dos autores Berger e Luckmann (1985), que embora um pouco defasado, cabe perfeitamente nessa explicação. De acordo com os mesmos, este

esquema constrói um pré-conceito em relação aos outros, de forma que limita a interação, gerando assim o que eles chamam de “anonimidade social”.

Há de se considerar, portanto, que a tipificação socialmente compartilhada sobre as pessoas em situação de rua, infelizmente legítima preconceitos e violências contra esses indivíduos, e que por estarmos habituados com sua presença, estamos cada vez mais dessensibilizados com suas condições de vida sub-humanas.

Berger e Luckmann (1985) afirmam que por este comportamento ser passado e incorporado com o decorrer do tempo, acabam se institucionalizando e sendo considerados como construções simbólicas inalteráveis, ou seja, há uma representação social negativa em relação aos indivíduos em situação de rua, que acaba se concretizando nas relações sociais.

Essas designações comuns como por exemplo, sujos, perigosos, loucos, vagabundos e coitados, classificam as pessoas como um tipo específico, considerando-os apenas por esses aspectos rotulados, e intrinsecamente negando sua existência humanidade, e possibilidade sim de transformação inerente.

Considera-se população em situação de rua (PSR) o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória (BRASIL, 2009).

Segundo o relatório do Conselho dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas – ONU, “a situação de rua é uma crise global de direitos humanos que requer uma resposta global e urgente”, e continua “Ao mesmo tempo, a situação de rua é uma experiência individual de alguns dos membros mais vulneráveis da sociedade, caracterizada pelo abandono, desespero, baixa autoestima e negação da dignidade, consequências graves para a saúde e para a vida. O termo ‘situação de rua’ não só descreve a carência de moradia, como também identifica um grupo social. O estreito vínculo entre a negação de direitos e uma identidade social distingue a falta de moradia da privação de outros direitos socioeconômicos”.

2.1.4 O Estado e a população de rua

O Brasil não possui quantitativos oficiais sobre os indivíduos em situação de rua. Este fato dificulta a implementação de políticas públicas voltadas para este grupo social e replica a invisibilidade social que vivem estas pessoas. Esta falta de dados governamentais se dá pela complexidade real de pesquisar pessoas que não possuem endereço fixo.

Segundo Hallais e Barros (2015), tal invisibilidade é evidente, por exemplo, na falta de documentos necessários dessas pessoas em condições empobrecidas para ter acesso a benefícios e serviços que o Estado garante. Schuch (2015), conceitua que a ilegibilidade da população de rua, assim como, seus conhecimentos, métricas, padrões e localização, os limitam. Schuch (2015) diz:

“Assim, tornar uma população legível ao Estado implica em procedimentos de padronização que configuram espécies de “mapas abreviados” que refazem as realidades que retratam e que são fundamentais para a ação (...) Entretanto, como é possível perceber no caso das práticas de inscrição política da população de rua no Brasil, tais técnicas de legibilidade não são apenas isso: ao mesmo tempo em que simplificam, classificam e conformam uma “população” às possibilidades do governo, também a inscreve nos cenários de atenção pública”.

Kothari (2005) diz que de fato, os dados coletados através de censo são com bases domiciliares, e por esse motivo alcançam de forma ineficiente as pessoas em condições inadequadas de habitação. Desta forma, é facilmente compreensível que é mais fácil realizar pesquisas com pessoas que vivem em domicílios particulares ou moradias coletivas, do que com aqueles que não possuem um teto.

A discussão institucional sobre pessoas em situação de rua no Brasil teve pontapé de forma mais pontual no ano de 2004, na Reunião Descentralizada e Ampliada do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), onde na Política Nacional de Assistência (PNAS) foi implementado um Sistema Único de Assistência Social (SUAS), visando beneficiar pessoas em situação de rua.

Posteriormente, em 2005, foi promulgada a Lei nº 11.258, onde no parágrafo único do artigo 23 continha a Lei Orgânica de Assistência social (LOAS), com destinação exclusiva para pessoas em situação de rua.

Em 2006, foi proferido um decreto com a criação de um grupo de trabalho interministerial do Ministério de Desenvolvimento Social que teve como foco a elaboração de Políticas Públicas que amparem os indivíduos que não possuíssem teto.

Nos anos de 2007 e 2008, o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDS) efetuou a Pesquisa Nacional Sobre a População em Situação de Rua no Brasil. Os participantes dessa pesquisa foram indivíduos maiores de 18 anos, vivendo em situação de rua por no mínimo 6 meses, em 48 municípios com mais de 300 mil habitantes e em 23 capitais. Participaram 31.922 pessoas em situação de rua, lembrando que as capitais São Paulo, Recife, Belo Horizonte e Brasília não foram contempladas.

Embora esta pesquisa tenha acontecido há 10 anos, a mesma é o estudo de maior grandeza já realizado no país, e trouxe valiosas informações para o aperfeiçoamento das políticas públicas para este grupo social no Brasil.

Em 2009, o governo federal caracterizou os serviços assistenciais no contexto nacional, com destaque aos serviços de atendimento às pessoas em situação de rua, visando os proteger e os acolher institucionalmente, ficando teoricamente desde então, como atividades fixas na agenda de assistência social do Brasil.

Houve em 2010 uma operação síncrona entre a Secretaria de Assistência Social e a Secretaria Nacional de Renda e Cidadania (SENARC). Nesta, reuniram-se diversos municípios e o Distrito Federal com o intuito de que todos seguissem as mesmas orientações, e aderissem a um Cadastro Único do programa social do governo nacional. Aí, pela primeira vez, recursos do governo federal foram utilizados para oferta de serviços especializados para população em situação de rua.

De acordo com Ricardo (2013), o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua (CIAMP-RUA) juntamente com a Política Nacional para População em Situação de Rua, por meio do Decreto nº 7.053/2009, solicitou ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a inclusão da população de rua no Censo de 2020.

Como fase prévia de estudo da possibilidade de integrar a população em situação de rua no próximo Censo, o IBGE realizou um teste no município do Rio de

Janeiro em 2014 (IBGE, 2014), e ponderou de antemão que encontrou vários obstáculos para incluir este público no próximo censo, entre eles abordagem distinta dos entrevistados, logísticas de campo, e métodos de amostragem.

Por fim, em 2015, Segundo o Censo mais simples do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), por uma pesquisa realizada com 1924 municípios, estimou-se que existiam 101.854 pessoas em situação de rua no Brasil.

Inicialmente, essas ações do Estado podem ser compreendidas como fazendo parte do calendário administrativo dos governantes do Estado. Porém, na realidade, o que se nota é que essas iniciativas são realizadas com o intuito principal de controle dos fatos sociais que colocam em risco a ordem pública.

Ou seja, o que move o estado a realizar políticas públicas para população em situação de rua no Brasil não é a sensibilidade por seus cidadãos empobrecidos e sem teto, e sim a preocupação política por manter a ordem social.

2.2 Políticas Públicas para Pessoas em Situação de Rua no País

2.2.1 Políticas Públicas de Assistência e Inclusão Social

Na Constituição Federal (1929), o valor da dignidade da pessoa humana é determinado como um dos fundamentos do Estado Brasileiro (art. 1 , inc. III), com o intuito de formar uma sociedade livre, justa e solidária; na garantia do desenvolvimento nacional, na erradicação da pobreza e da marginalização social; na redução das desigualdades sociais e regionais e na promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (art. 3 , incs. I a IV)

Em 1948 a Declaração dos Direitos Humanos, no Artigo XXII, estabeleceu:

“Toda pessoa, como membro da sociedade, tem direito à segurança social e à realização, pelo esforço nacional, pela cooperação internacional de acordo com a organização e recursos de cada Estado, dos direitos econômicos, sociais e culturais indispensáveis à dignidade e ao livre desenvolvimento de sua personalidade”.

Apenas na Constituição de 1988, foi preconizado a Política Nacional para Inclusão da População em situação de Rua, sendo esta a primeira a buscar ações entre distintos setores, como forma de dar respostas às necessidades específicas desse grupo populacional.

Segundo Monnerat (2011), às individualidades dos problemas sociais, especificamente, da população em situação de rua, são complexas e requerem a sinergia intersetorial para concretizar objetivos comuns. Esta problemática, de acordo com o mesmo, requer a realização de ações transversais articuladas por meio de diversas políticas, programas e projetos desenvolvidos nos territórios em que vivem essas populações.

Na Política Nacional para Inclusão da População em Situação de Rua, os princípios preconizados foram os abaixo (BRASIL, 2008):

- I. Promoção e garantia da cidadania e dos direitos humanos
- II. Respeito à dignidade do ser humano, sujeito de direitos civis, políticos, sociais, econômicos e culturais.
- III. Direito ao usufruto, permanência, acolhida e inserção na cidade.
- IV. Não-discriminação por motivo de gênero, orientação sexual, origem étnica ou social, nacionalidade, atuação profissional, religião, faixa etária e situação migratória.
- V. Supressão de todo e qualquer ato violento e ação vexatória, inclusive os estigmas negativos e preconceituosos sociais em relação a população de rua no Brasil.

Após observar os direitos sociais destinados para as pessoas em situação de rua, fica evidente que esse grupo social embora pertencente a sociedade como um todo, não se adequa ao perfil dos assistidos pela maior parte das políticas públicas nacionais.

Tais diferenciações podem ser exploradas no contexto prático que evidentemente se difere do teórico, como por exemplo no que é dito no Capítulo 2, artigo 5 e 6, respectivamente da Constituição Federal:

“Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a

inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade ...”

“São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados...”

De maneira clara é perceptível que há uma destituição dos direitos básicos da cidadania para as pessoas em situação de rua. Embora haja assistências sociais para o todo, e assistências sociais específicas para este grupo, na maioria das vezes sabe-se que a população em situação de rua no território brasileiro sofre diversos tipos de transgressões aos direitos sociais previstos na Constituição Federal.

A Constituição, Legislação e Previdência em geral, se mostram ineficientes em especial com as pessoas em situação de rua, que na maioria das vezes não possuem vínculo com o mercado de trabalho, ou seja, não são objetos de proteção social, sendo assim para os olhos do governo como coisa fora do lugar.

Em resumo, na teoria, a Política Nacional da possibilidade de construções de ações entre setores distintos, visando a:

“(re)integração destas pessoas às suas redes familiares e comunitárias, o acesso pleno aos direitos garantidos aos cidadãos brasileiros, o acesso a oportunidades de desenvolvimento social pleno, considerando as relações e significados próprios produzidos pela vivência do espaço público da rua” (BRASIL, 2008)

Deste modo, compreende-se então que no entendimento do Estado, as distintas ações de assistência e inclusão social se justificam no sentido em que as pessoas em situação de rua não têm condições mínimas para viver com dignidade nem assumir os valores próprios da sua pessoa humana.

2.2.2 Interação entre o Poder Público e a Sociedade Civil

No campo interventivo, segundo Akerman (2006), a realidade tem evidenciado a contramão das ações, em razão da pouca efetividade das políticas públicas em responder às demandas dos usuários dos serviços. Mecanismos de minimizar situações alarmistas que representam riscos a paz e a estabilidade social,

na maioria das vezes, por falta de atendimento governamental a demanda total, acabam sendo feitos pela iniciativa privada.

A Constituição Federal de 1988 constituiu a oportunidade da criação de políticas realmente públicas, estabelecendo assim mecanismos para que a sociedade civil participasse da geração, ação e avaliação das políticas sociais. A partir deste mesmo ano, a implementação de políticas sociais públicas conquistou maior viabilidade locacional, pois a Constituição Federal igualou os municípios à união e aos estados, fazendo desta maneira grandes mudanças na política local, incluindo a descentralização da implementação de políticas públicas focadas no bem estar da população, em especial de situação de rua.

De acordo com os autores Andrade (2004) e Westphal e Mendes (2000), os municípios têm exercido atividades no campo social de modo relativamente recente, devido a dinâmica de descentralização, enfrentando na época atual, desafios que não concebiam primordialmente seu objeto de atenção. As chefias municipais ainda atuam na maioria das vezes de maneira seccionada na prestação de serviços sociais, através de estruturas organizacionais com níveis hierárquicos distintos e vários departamentos, o que gera um aumento na fragmentação das políticas.

Segundo a lei 8.742 estabelecida pelo LOAS (1993), no Artigo 15, é de competência dos municípios executar os projetos de combate da pobreza (incluindo a parceria com organizações da sociedade civil), atender às ações assistenciais de caráter emergencial e prestar serviços também assistenciais, com o conceito de atividades continuadas que possuam como objetivo à melhoria de vida da população, e cujas ações, voltadas para as necessidades básicas, observem os objetivos, princípios e diretrizes determinados nesta lei.

O Artigo 26 da LOAS, de forma bem clara, preconiza:

“O incentivo a projetos de enfrentamento da pobreza assentar-se-á em mecanismos de articulação e de participação de diferentes áreas governamentais e em sistema de cooperação entre organismos governamentais, não governamentais e da sociedade civil”.

Desta forma, observa-se que há uma abertura governamental para realização de atividades também conjuntas com a sociedade civil, em prol de melhorias para as pessoas em situação de rua.

2.3 O Design Social

2.3.1 O Papel Social do Design e a Sociedade

De acordo com Krippendorff (2000), a partir do momento em que os designers contemporâneos perceberem que o planejamento não é uma característica exclusiva da sua profissão, e que deve ser cada vez mais difundido em nossa realidade, partirão “em direção à defesa de práticas sociais mais palatáveis”, entendidas como aquelas que podem e devem ser exercidas pelo designer enquanto profissional, para atuar dentro do seu alcance, na promoção de pequenas mudanças sociais.

Segundo Gusmão (2002), o designer deve se manter atento às qualidades e valores dos artefatos gerados pela “tecnologia da sobrevivência” das pessoas que ocupam o espaço público das ruas, praças e recantos ermos das cidades brasileiras, onde multidões vivem com pouco ou nada, onde moram, trabalham e resistem, valendo-se da criatividade para dar solução minimamente adequada às premências cotidianas, pelos meios possíveis, face à escassez de recursos e materiais.

Niemeyer (1998), contrapondo a citação anterior, fala exatamente das fragilidades existentes nos projetos feitos somente a partir da ótica capitalista e industrial, quando:

“O designer se apresenta com frágeis compromissos éticos, estando sua atividade à mercê dos interesses do capital internacional e à serviço da conservação dos interesses das classes dominantes, sem consciência de seu papel social, decorrente de sua interferência na nossa cultura material, na segurança, conforto e satisfação do usuário dos produtos por ele projetado”

Manzini (2008), por sua vez, afirma que os designer possuem sim potencial para fazer parte da criação de uma solução, pelo fato de serem atores sociais que têm o dever de lidar com com interações corriqueiras entre os seres e os artefatos.

Por fim, o fator social, atualmente é, conforme Krabbendam (2013), o fator chave que acabou levando os designers para um campo novo onde se assume de maneira mais densa uma dimensão ética. Além de que, executando projetos para inovação social, contribuem para o bem de uma comunidade ou região.

2.3.2 Metodologia de Design e impacto social

Papanek (1977), expressa que em uma era de produção em cadeia, quando tudo é planejado e projetado, o design tende a ser convertido no utensílio mais poderoso de que se serve o homem para configurar suas ferramentas e seu meio ambiente (e, por extensão, à sociedade e a si mesmo). Isto exige do designer uma elevada responsabilidade moral e social. Exigindo também dos praticantes do design uma maior compreensão das pessoas.

Ainda conforme Papanek (1993), designers ativos que somos, devemos saber que fazer unicamente aquilo que nos pedem - ou seja, obedecer ao cliente sem debater as questões morais e éticas inerentes ao que criamos - é a recusa última das responsabilidades do ser humano.

Diferentemente do Design que não possui um forte teor social, segundo Sena (1995), o Design Social revela uma metodologia que ressalta os interesses e necessidades culturais de um povo, promovendo assim uma maior e efetiva interação social.

Por sua vez, Pacheco (1996) descreve que o Design Social procura casar pensamento e prática para viabilizar a construção de um estilo de viver e de uma sensibilidade capaz de se fazer e sustentar esse estilo.

Krucken (2009), sobre a visão metodologia padrão do design afirma que:

“A visão do design tradicional, orientado principalmente para o desenvolvimento de produtos físicos, se amplia para o design aplicado ao sistema de produção e ao sistema de consumo, que incluem produtos, serviços e comunicações de forma conjunta.”

De acordo com Shea (2012), a perspectiva do design deve ajudar na difícil atividade de se envolver tanto na produção quanto no consumo, compreender e

escolher tradição e/ou inovação, além de estar atento a qualidade local e a relação global.

Para Krabbendam (2013), o design com foco na inovação social e na contribuição de sentimento de valor para uma região, está cada vez mais em ascensão, tendo desta maneira um novo tipo de impacto social causado.

Manzini (2008) declara que, o conceito de inovação social possui forte relação com a maneira como indivíduos ou comunidades enfrentam seus problemas e a partir de então criam novas oportunidades. Estas inovações geralmente visam às mudanças de comportamento, e não as mudanças tecnológicas ou de mercado. Além disso, o autor ainda contribui afirmando que os designers deveriam repensar seu papel diante da sociedade, assim como seu modo de operar.

Por fim, Manzini (2008), ainda explica que, as inovações sociais de base da vida cotidiana, as comunidades criativas, são indícios de como as habilidades difusas de design são capazes de criar modos de ser e de fazer ao mesmo tempo criativos e colaborativos, considerados também como passos promissores.

2.4 Infografia

Segundo Ribeiro (2008) O nome infografia vem da palavra inglesa *infographic*, sendo esta a forma já reduzida do termo *information graphic*, que possui como significado na língua nacional, informação gráfica. Sendo assim, de maneira bastante simplificada, pode-se inferir que infográfico se trata de um modo comunicacional que faz uso tanto de imagem quanto de texto, se fazendo necessário apresentar-se de forma organizada aquilo que interessa, e mapeando o que for relevante.

Para De Pablos (1999):

“A infografia é a apresentação impressa de um binômio imagem + texto (bi +T), qualquer que seja o suporte onde se apresenta essa união informativa: tela, papel, plástico, barro, pergaminho, papiro, pedra”.

Com a intensidade de comunicação entre as pessoas do mundo todo, o infográfico veio como resposta para facilitar o entendimento das mais variadas

informações entre pessoas de distintas realidades e culturas. Embora tenha sido inicialmente idealizado no campo jornalístico, o infográfico aos poucos foi se tornando um artefato do design, com forte configuração na linguagem visual, e com teor dinâmico.

Para Moraes (2013), A infografia é a arte de tornar claro aquilo que é complexo e talvez não haja nada mais urgente no atual momento histórico, assim como baseado em Margolin (1994), considera que acaba por se tornar um desafio para os designers, pois dependendo do uso deste modelo podem ser facilitadores das ações sociais, ajudando assim a nortear processos de comunicação, assim como já fazem com seus produtos.

Segundo AIGA (2017):

“A contribuição consistente do design gráfico de hoje, a despeito de seu estilo, técnica, tecnologia ou *medium*, envolve a mediação entre informação e entendimento”.

Deste modo, os infográficos passaram a gerar inclusão das pessoas em determinados campos de discussão e da sociedade, além de deixar de ser apenas uma apresentação visual, e se tornar um manifesto do design como discurso.

2.4.1 História

A infografia não é considerada uma técnica recente, pois supõe-se que há 15 mil anos homens das cavernas já produziam infografia ao gravar, junto a alguns desenhos, caracteres que correspondiam a uma escrita (CHAPPÉ, 1993; DE PABLOS, 1999; VALERO SANCHO, 2001).

Entretanto, tais manifestações não podem ser consideradas infografia segundo Cairo (2005), pois não se sabe de modo exato o que esses homens gostariam de comunicar. Para ele, a primeira tentativa comprovada de comunicação infográfica aconteceu na antiguidade, onde foram feitos mapas primitivos gravados em pedaços de couro.

Tradicionalmente, a infografia é “vista como elementos visuais, tais como gráficos, mapas, ou diagramas que ajudam na compreensão de um conteúdo baseado em texto” (RAJAMANICKAM, 2005).

Levando em consideração conceitos mais recentes de infografia, acredita-se que com o surgimento de novas tecnologias causadas pela Revolução Industrial no fim do séc. XIX, grandes transformações aconteceram em todas as esferas sociais, em especial nas formas de comunicação, e a partir de então surgiu a necessidade de acompanhar o momento de modificações, inicialmente no meio jornalístico com um novo modo de transmissão de informações denominado infográfico.

Segundo Moraes (2013), A infografia originou-se no ano de 1980 como trabalho intuitivo de reunir linguagem verbal e não verbal em um único sistema sendo este peças gráficas, a partir do momento em que foi designada para cumprir a finalidade de esclarecer informações para o público.

De Pablos (1999), por sua vez, assegura que o termo ‘infografia’ decorre da locução information graphics, nascida nos Estados Unidos para nomear um novo ou renascido gênero comunicativo; de sua condensação resultam ‘infográfico’, ‘infografia’ e ‘info’.

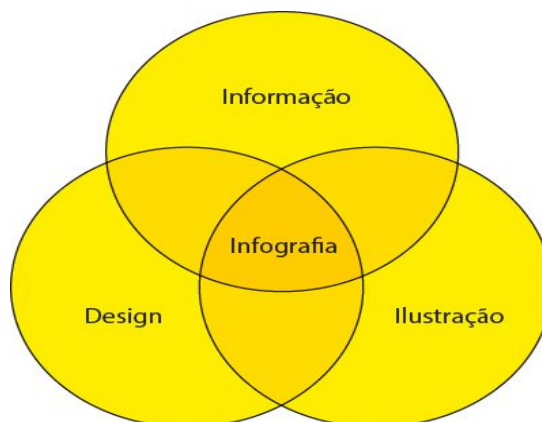
Assim se deu a articulação de diversas variáveis de forma complementar numa única peça gráfica, de modo bastante objetivo, com a preocupação criada por ISOTYPE (1934) de atingir a todos, independente de suas origens e formações, ou seja, possibilitando a melhor compreensão de letrados e iletrados.

E ainda hoje, no meio profissional, a infografia é, muitas vezes, nomeada pela expressão genérica ‘gráfico’ (VALERO SANCHO, 2001).

2.4.2 Síntese

Segundo Serra (1998), o infográfico resulta da intersecção de três campos distintos: Design, Ilustração e Informação. Sendo a informação com sua abrangência a natureza da infografia, a Ilustração um importante complemento visual, e o design como ciência ampla para lidar com esses campos. Tal síntese pode ser melhor compreendida pelo diagrama proposto pelo autor.

Figura 3 - Diagrama de Serra - A Infografia como interseção de três campos (1998)



Fonte: Serra (1998)

Para Margolin (1994) que concorda com o diagrama de Serra:

“(...) Se a comunicação é a essência do design gráfico, então os designers devem encontrar seu caminho para o interior do processo de comunicação e não apenas produzir os artefatos que resultam dele. (...) os designers precisam estar dentro desse processo mais do que em suas margens.”

Dessa forma, de acordo com Moraes (2013), a infografia nos anos 1980 foi uma antecipação do modo informacional que estaria por vir, com produção e circulação de comunicação em que coexistem diversas modalidades comunicativas.

2.4.3 Infografia e Linguagem Visual

Levando em conta que o teor do conteúdo transmitido é importante para uma caracterização do infográfico, Rajamanickam diz:

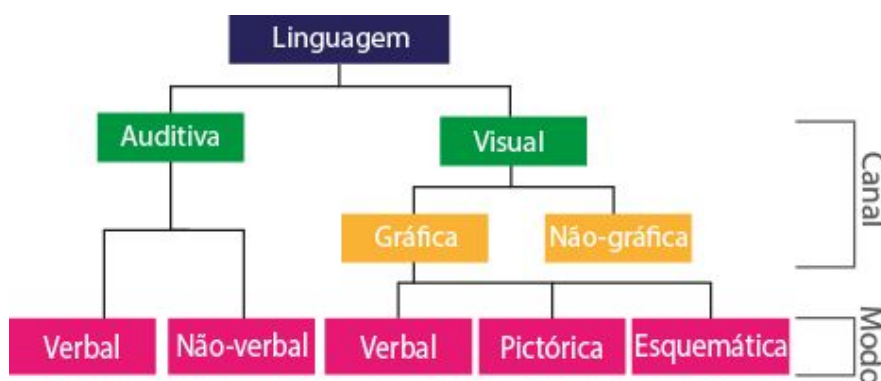
“Construir a representação visual da informação não é mera tradução daquilo que pode ser lido para aquilo que pode ser visto. Implica filtragem da informação, estabelecer relações, diferenciar padrões e representá-los de uma forma que permitam ao leitor compreender que tal informação constrói algo com significado” (2005).

Entender o infográfico como linguagem visual leva a compreender as formas de configurar seus conteúdos, e para que as funções deste seja desempenhada da melhor forma, é necessário ter conhecimento sobre linguagem visual e gráficos.

Os autores Horn (1998) e Twyman (1979) fizeram adequações no modelo linguística (linguagem verbal) para poder fazer uso no design (linguagem por vezes visual). Estas adaptações se deram através de hipóteses aplicadas no design gráfico, onde o infográfico é estudado também pelo modo que utiliza a linguagem.

Para Twyman (1979) linguagem significa veículo de comunicação que pode ser tanto auditivo (verbal ou não-verbal) quanto visual (gráfico ou não-gráfico). Já o gráfico, por sua vez, necessariamente precisa ser um elemento visível através de uma ação consciente. Sendo assim, a linguagem gráfica é a composição de produções com intenção de transmitir uma mensagem. Podendo esta ser caracterizada simbolicamente de modo verbal, pictórico e/ou esquemático, como é exibido na figura a seguir.

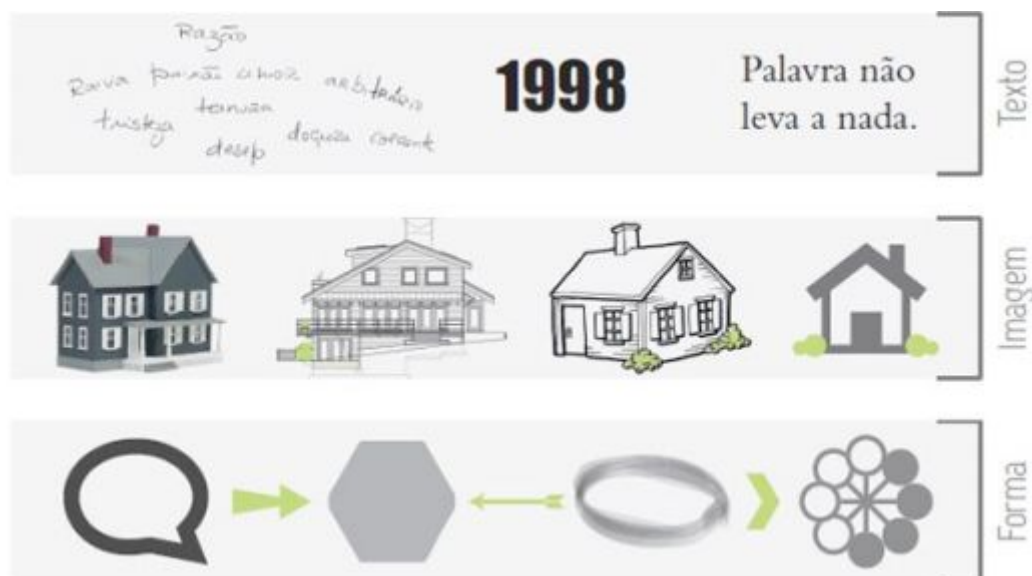
Figura 4 - Modelo de linguagem proposto por Twyman (1985)



Fonte: Twyman (1985)

Para Horn (1998), a linguagem visual é resultado da interação entre elementos visuais e linguísticas. O mesmo acredita que três elementos são necessários para realizar esta interação: texto, imagem e forma, como mostra a figura 3. Sendo estes três elementos classificados como elementos verbais (texto) e elementos visuais (imagem e forma). Os textos dão formato conceitual à comunicação, nomeiam, definem e classificam elementos, além da possibilidade de discutir abstrações; Imagens representam graficamente a realidade; e formas se diferenciam das imagens por terem maior teor abstrato.

Figura 5 - Exemplos elementos gráficos, baseados na definição de Horn (1998)



Fonte: Horn (1998)

Deste modo, sendo um infográfico um objeto sujeito a leitura, que combina os três elementos fundamentais da linguagem visual, cabe adotar a infografia como tal. Desta relação, agregam-se os mesmos conceitos definidores da linguagem à atividade. Utilizando os parâmetros definidos por Horn (1998) e Twyman (1979), o infográfico é um artefato produzido com o objetivo de transmitir uma informação. Essa mensagem sendo transmitida através da integração de texto, imagens e/ou formas.

Os gráficos por sua vez, segundo Tufte (2001) são os melhores instrumentos para raciocinar sobre informações quantitativas, contextualizando visivelmente uma interpretação dos dados. Portanto, agregando a funcionalidade dos gráficos aos infográficos, e incorporando-a ao conceito dado a infografia dos autores anteriormente citados, chega-se a um novo conceito: Infográfico é um artefato produzido no intuito de comunicar uma mensagem, que resulta de uma interpretação de dados contextualizados visualmente através da integração de texto, imagens e/ou formas.

Os designers poderiam intervir exatamente nesse ponto, pois eles dominam - ou deveriam dominar - os meios para reduzir a complexidade cognitiva e contribuir

para apresentar informação de forma útil, desenvolvendo uma interface adequada entre a informação e o usuário/leitor (BONSIEPE, 2011).

Se a informação estiver clara e bem contextualizada o leitor vai agradecer. Na boa infografia é mais importante que os textos e imagens estejam dispostos de forma organizada, coesa e agradável de ler. Cair na tentação de usar recursos meramente ilustrativos para tentar chamar a atenção do leitor (ou do editor...) pode acabar criando um “ruído visual” que, por sua vez, pode distrair ou afastar o leitor das informações que realmente interessam (KANNO, 2013).

2.4.4 Prática da Infografia

A infografia pode ser empregada, por exemplo, nos informes e catálogos empresariais, na ciência, na física, na engenharia, na estatística, na publicidade, no design de produtos, na educação presencial e on-line, na tecnologia da informação, nas empresas de comunicação e entretenimento, nos manuais de instruções, na divulgação científica e no jornalismo (RAJAMANICKAM, 2005; FERRERES, 1995; COLLE, 2004).

Belenger Jané (1999) reúne os setores de aplicação da infografia levando em consideração os sentidos que atribui à palavra ‘infografia’. O primeiro grupo chama-se de infografia dinâmica ou animada, sendo o prefixo info relacionado à informática. São exemplos deste tipo os infográficos utilizados no desenho industrial e arquitetônico, na publicidade, na arte, no cinema de animação, no âmbito da comunicação em geral e da divulgação científica. O segundo grupo considerado pelo mesmo é nomeado de infografia estática ou jornalística, com o prefixo info referindo-se a informação. Ou seja, esse grupo faz alusão exclusivamente à área jornalística.

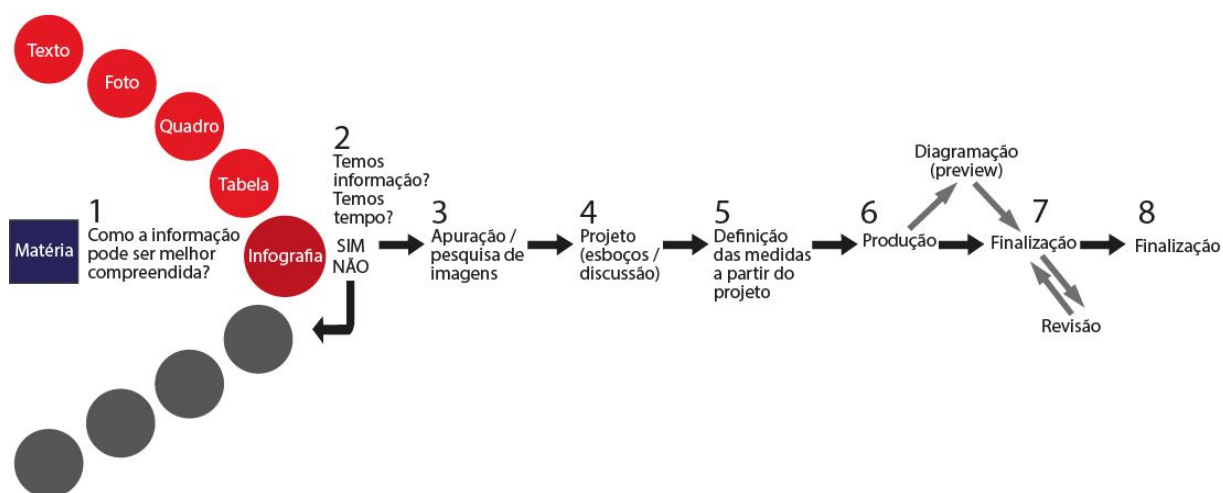
Já Colle (2004), separa os grupos de aplicação da infografia, segundo seus objetivos em três. Sendo eles, infográficos científicos ou técnicos, infográficos de divulgação e infográficos noticiosos ou jornalísticos. O autor considera que infográficos científicos ou técnicos possuem tradição secular, sendo simplesmente uma associação e/ou integração de desenho e texto. Os infográficos de divulgação

são os utilizados para facilitar o entendimento dos conhecimentos científicos e técnicos pelo público leigo, podendo ser encontrados em enciclopédias e manuais didáticos que empregam representações verbo-icônicas, bem como em boletins informativos e catálogos empresariais. E por fim os infográficos noticiosos ou jornalísticos, encontrados majoritariamente na mídia impressa ou on-line, com características de informação seqüencial e presença de quadros sucessivos de acontecimentos que se desenvolveram ao longo do tempo.

Segundo Moraes (2013) independente da classificação do infográfico, para haver a construção de um devem ser feitos alguns questionamentos para avaliar se de fato necessário e/ou possível produzir um. Para ele logo após a escolha do tema, devem ser consideradas três questões. 1. Como o assunto poderia ser melhor compreendido? 2. Dispõe-se de informações suficientes para fazê-lo? 3. Dispõe-se de tempo suficiente para produzi-lo?

Após reflexão sobre essas questões, em caso de respostas positivas, Moraes (2013) sugere um método completo de produção de infográficos, e o mesmo está esquematizado a seguir:

Figura 6 - Produção de infográficos por Moraes (2013)



Fonte: Moraes (2013)

Por fim, o autor do esquema acima indica ainda uma análise da qualidade das informações disponíveis, isto para que tenha mais segurança na sua produção, e tenha maior chance de satisfazer o público no momento da leitura do seu infográfico.

A seguir, se faz necessário compreender algumas configurações também propostas por Moraes (2013) para que se chegue ao final do projeto infográfico de modo satisfatório. Apuração, projeto e avaliação final.

2.4.5 Apuração

Nesta etapa realiza-se um levantamento de informações, sendo essas textos e imagens. Texto através de testemunhas, pesquisadores, entrevistas, pesquisas bibliográficas, testes e entre outros; e imagens por meio de fotos, vídeos, plantas, diagramas, ilustrações e etc.

No momento de avaliação das informações levantadas, ou seja seleção de dados, deve-se levar em consideração os objetivos do infográfico a ser produzido.

2.4.6 Projeto

Neste momento deve-se dispor as informações mais importantes, e analisar e/ou decidir que tipo de infográfico esse projeto será. Podendo este ser de três tipos. Infográfico exploratório, onde os questionamentos base são “o quê?” “quem?” e “onde?”; Infográfico explanatório, que responde as perguntas “como?” e “por quê?”; e Infográfico Historiográfico que tem como questionamento o “quando?”.

2.4.7 Avaliação

Nesse estágio final é o momento de realizar a revisão textual, analisar a coerência com o tema, considerando tanto o texto quanto as fotos, atentar-se a legibilidade, e verificar se nada foge dos padrões éticos considerados pelo jornalismo, já que o infográfico é um artefato que transmite informações.

3 METODOLOGIA

3.1 Tipo de Pesquisa

A metodologia adotada para este estudo foi de caráter qualitativo e descritivo, a fim de coletar e analisar informações diversas sobre a vida de pessoas em situação de rua na cidade de São Luís - MA.

Segundo Denzin e Lincoln (2006), a pesquisa qualitativa envolve uma abordagem interpretativa do mundo, o que significa que seus pesquisadores estudam as coisas em seus cenários naturais, tentando entender os fenômenos em termos dos significados que as pessoas a eles conferem.

De acordo com Gil (2016):

“A pesquisa qualitativa tem o objetivo de abordar o mundo “extramuros” (e não em contextos especializados de pesquisas, como os laboratórios) e entender, descrever e, às vezes, explicar os fenômenos sociais de diversas maneiras, uma delas é analisando experiências de indivíduos e grupos”.

Seguindo essa linha de raciocínio, Vieira e Zouain (2005) afirmam que a pesquisa qualitativa atribui importância fundamental aos depoimentos dos atores sociais envolvidos, aos discursos e aos significados transmitidos por eles. Nesse sentido, esse tipo de pesquisa preza pela descrição detalhada dos fenômenos e dos elementos que o envolvem.

Já sobre o método descritivo Vergara (2000) argumenta que o mesmo expõe as características de determinada população ou fenômeno, estabelecendo correlações entre variáveis e definindo sua natureza. "Não têm o compromisso de explicar os fenômenos que descreve, embora sirva de base para tal explicação."

Gil (1991) acrescenta que algumas pesquisas descritivas ultrapassam a simples identificação da existência de relações entre variáveis, pretendendo então determinar a natureza dessa relação. Cita ainda a existência de pesquisas que, "embora definidas como descritivas a partir de seus objetivos, acabam servindo mais para proporcionar uma nova visão do problema, o que as aproxima das pesquisas exploratórias.

3.1.1 Etapas da pesquisa

A seguinte pesquisa iniciou-se com revisão de literatura acerca das vivências das pessoas em situação de rua, para embasamento teórico. Posteriormente, após a técnica de observação, houve uma busca por dados quantitativos e qualitativos por meio de pesquisa de campo, entrevistas e avaliação documental em instituições ou prestadores civis de serviços ao grupo estudado. Por fim, houve a contextualização das informações adquiridas durante toda a pesquisa, com conhecimentos gerais acadêmicos e metodologias de design para criação do produto final, no caso um infográfico.

3.1.2 Técnicas de coleta de dados

Primeiramente, foi utilizada a observação durante toda realização da pesquisa de campo, com o intuito de compreender inicialmente o grupo estudado. Esta é uma técnica metodológica em que o pesquisador assume uma postura comportamental de dispor-se a estar imerso em uma realidade específica tentando compreender e aproximar-se dos sujeitos em questão (Angrosino, 2009; Argilaga, 1995; Haguette, 1987/2005). A técnica de observação durante esta pesquisa foi utilizada de duas maneiras distintas, sendo elas a Observação Assistemática e Histórico de Vida.

A observação Assistemática, segundo Lakatos e Marconi (2002), é onde o pesquisador tem um contato mais direto com a realidade, buscando recolher e registrar fatos da situação observada sem a utilização de meios técnicos especiais, ou seja, sem fazer perguntas diretas. A utilização dessa observação como método investigativo significa que é sim possível realizá-la de forma organizada durante a aplicação. Por fim, de acordo com Richardson (1999), o êxito desta técnica dependerá da atenção e perspicácia do observador frente aos fenômenos que ocorrem no mundo que o cerca.

Histórico de vida (HV) é caracterizada como uma espécie de entrevista em profundidade, onde o pesquisador de forma constante interage com os informantes, com função principal de retratar experiências vivenciadas por pessoas ou grupos.

Esta, segundo Minayo (1993), pode ser do tipo completa, onde é retratado todo conjunto da experiência vivida, ou do tipo tópica, onde a análise é focada em apenas uma etapa ou setor da experiência em questão. Em ambas, o informante por vezes libera pensamentos reprimidos, e retoma sua vivência, fornecendo assim rico material que pode ser utilizado como reflexo da dimensão coletiva, mesmo se tratando momentaneamente de uma visão individual.

Posteriormente, após um maior contato direto cotidianamente com algumas pessoas em situação de rua, serão realizadas entrevistas abertas, com o intuito de captar fragmentos do discurso que as pessoas em situação de rua sustentam acerca das dificuldades vivenciadas pelas mesmas, bem como colher informações de questões que surjam no decorrer da entrevista, de acordo com a fala da pessoa entrevistada.

Segundo Selltiz (1987), a entrevista aberta produz uma melhor amostra da população de interesse, tendo assim um índice de respostas bem mais abrangentes, uma vez que é mais comum as pessoas aceitarem falar sobre determinados assuntos, gerando assim valiosas respostas espontâneas. Minayo (1993) completa dizendo que a mesma geralmente é utilizada na compreensão de especificidades culturais para determinados grupos, casando assim perfeitamente no intuito desta pesquisa.

Por último, não menos importante, utilizou-se a técnica de pesquisa documental, onde segundo Calado (2004):

“Os documentos são fontes de dados brutos para o investigador e a sua análise implica um conjunto de transformações, operações e verificações realizadas a partir dos mesmos com a finalidade de se lhes ser atribuído um significado relevante em relação a um problema de investigação.”

Na análise em questão a pesquisa documental não foi utilizada apenas como procedimento ou técnica de coleta de dados, mas sim como método de pesquisa, sendo compreendido inicialmente como coleta de dados, e posteriormente como análise do conteúdo.

3.2 Locais ou Pontos de Apoio da Pesquisa

3.2.1 Fraternidade O Caminho

A Fraternidade O Caminho é uma Comunidade Católica com teor pluri vocacional, presente em 15 países do mundo, sendo um deles o Brasil. Neste último foi onde ocorreu fundação da mesma, no ano de 2001, pelo Pe. Gilson Sobreiro e a Ir. Serva das Chagas.

Segundo o site oficial da instituição (2019), a origem da Fraternidade se deu pela realidade do vício das drogas, do tráfico, da criminalidade, da situação de rua, de cárcere e de prostituição que atingiam e atingem tantos jovens no nosso território.

O carisma da Fraternidade é transmitido pela frase “Jesus todo, todo de Jesus”, onde de maneira simplificada deve ficar claro o carisma dos Pobres de Jesus Cristo. A Fraternidade possui como inspiração ter Jesus por inteiro, e ser d’Ele inteiro também. Além disso, a Fraternidade possui como fundamentos básicos à vida consagrada a pobreza, obediência, castidade e total disponibilidade ao Reino.

Fazem parte dessa Fraternidade de nível mundial, pessoas religiosas, leigos consagrados e jovens, que tem como objetivo comum a total doação para os pobres em geral, que dentro da comunidade, são chamados de filhos prediletos de Deus.

No estado do Maranhão, mais precisamente na cidade de São Luís, a Fraternidade O Caminho chegou em 2006, e desde então são diversos os serviços prestados por essa instituição religiosa. Atualmente, na capital em questão, a Fraternidade possui 4 casas, sendo elas a Fratérnitas São José (casa dos religiosos) localizada na Rua dos Afogados, Fratérnitas Divina Misericórdia (casa das religiosas) também na Rua dos Afogados, Fratérnitas São Miguel (chácara de acolhimento dos dependentes químicos) localizada em São José de Ribamar, e o Centro Social (espaço destinado para realização de todas as atividades da obra) que fica no João Paulo.

Dentre os mais variados serviços prestados pela Fraternidade, destaca-se a Missão Anawin - Pastoral de Rua, onde em encontros semanais, mais precisamente às sextas feiras, membros da Fraternidade vão ao encontro dos pobres, onde quer que eles estejam, podendo ser praças, viadutos ou sarjetas, com foco em quatro

localidades da cidade, sendo elas: Deodoro, São Francisco, Mercado Central, e João Paulo.

Durante as atividades da Missão Anawin é levado além de oração, conversa e consolo, também são levados alimentos, serviço de corte de cabelo e barba, assim como curativos e encaminhamento a hospitais.

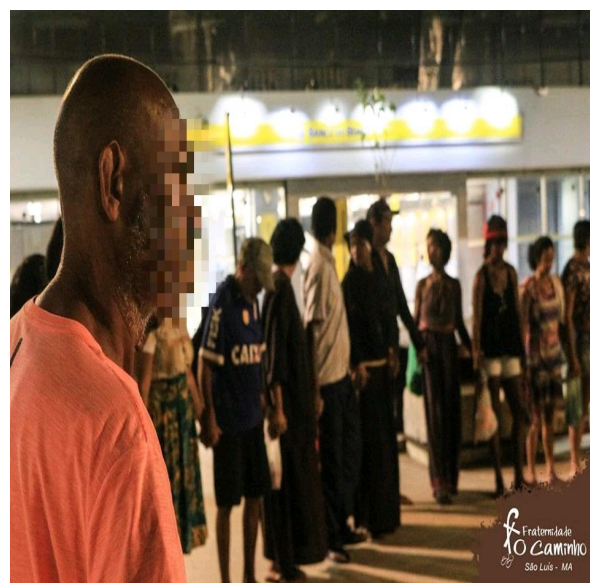
A Fraternidade O Caminho - São Luís, mais precisamente a Missão Anawin - Pastoral de Rua, foi ponto e objeto de pesquisa deste trabalho, com imersão no cotidiano da mesma durante 2 meses, e é parte importante no resultado final deste projeto.

Figura 7 - Músicas para os Filhos



Fonte: Fraternidade O Caminho (2019)

Figura 8 - Oração Inicial



Fonte: Fraternidade O Caminho (2019)

Figura 9 - Fraternitas São José Disponível



Figura 10 - Conversa Direta



Fonte: Fraternidade O Caminho (2019)

Figura 11 - Oração



Fonte: Fraternidade O Caminho (2019)

Fonte: Fraternidade O Caminho (2019)

Figura 12 - Corte de Cabelo e Barba



Fonte: Fraternidade O Caminho (2019)

Figura 13 - Corte de Unhas



Fonte: Fraternidade O Caminho (2019)

Figura 14 - Escuta e Aprendizado



Fonte: Fraternidade O Caminho (2018)

Figura 15 - Distribuição de Refeições

Figura 16 - Dança e Louvor



Fonte: Fraternidade O Caminho (2019)



Fonte: Fraternidade O Caminho (2018)

Figura 17: Reunião Interna dos Servos

Figura 18: Contatos Individuais



Fonte: Fraternidade O Caminho (2019)



Fonte: Fraternidade O Caminho (2018)

3.2.2 SEMUS - Secretaria Municipal de Saúde - Consultório na Rua

A SEMUS - Secretaria Municipal de Saúde em serviço conjunto com a Secretaria Adjunta de Ações e Serviços de Saúde e com a Superintendência de Ações em Saúde, realiza em todo Brasil o Serviço Consultório na Rua.

De acordo com Nielma Santos (2019), coordenadora do Consultório na Rua do município de São Luís - Ma, o mesmo tem como eixo estruturante a atenção integral à saúde, bem como a articulação inter e intra setorial incluindo a redução de danos e abordagem biopsicossocial à População em Situação de Rua.

A equipe do Consultório na Rua tem como dever o auxílio às Pessoas em Situação de Rua no acesso ao serviço público de saúde e às ações de cidadania, como Assistência Social, Educação, Defensoria Pública, Ministério Público, entre outros.

O Consultório na Rua trabalha de maneira integrada, dependendo da necessidade dos usuários, com Unidades Básicas (UBS), Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), Centros Pop, Serviços de Urgência e Emergência (SAMU), Centros de Odontologia, Unidades Mistas, e Hospital Nina Rodrigues.

Na cidade de São Luís - MA a equipe do Consultório na Rua iniciou suas atividades em março de 2015, e está diretamente vinculada ao Centro de Saúde Dr. José Carlos Macieira, localizado no bairro do Sacavém.

A equipe atuante é caracterizada como modalidade III, pois possui no seu corpo de funcionários 8 profissionais distintos, sendo eles: Agente Social, Assistente Social, Enfermeiro, Médico, Psicólogo, Técnico de Enfermagem, Técnico em Saúde Bucal e Terapeuta Ocupacional, e é responsável por um grupo genericamente estabelecido entre 80 e 1000 pessoas em situação de rua.

As ações da equipe são voltadas no sentido de dar orientação e cuidado integral à saúde, em relação a doenças crônicas transmissíveis (tuberculose, HIV/AIDS, hepatites, DST'S, dermatoses, entre outras), não transmissíveis (hipertensão, diabetes, câncer, entre outras), ao acompanhamento pré-natal, bem como questões relacionadas à saúde mental e a redução de riscos e danos ao uso de álcool e outras drogas lícitas ou não.

Dentre os vários atendimentos realizados pela equipe do Consultório na Rua, destacam-se os: procedimentos de enfermagem, emissão de documentos, atividades coletivas como oficinas e abordagem em grupo, encaminhamentos, cuidados odontológicos, realização de teste rápido, coleta de escarro com medicação e tratamento para tuberculose, e coleta de exames laboratoriais.

O Consultório de Rua da cidade tem como cronograma fixo atendimentos na rua de segunda a quinta nos turnos vespertino e noturno, e as sextas são destinadas para reunião de equipe no Centro de Saúde Dr. Carlos Macieira.

A Secretaria Municipal de Saúde - São Luís, mais precisamente o Consultório na Rua, foi ponto e objeto de pesquisa deste projeto, por meio de documentos oficiais e acompanhamento nas atividades realizadas na rua, e tem participação fundamental no resultado final deste trabalho.

Figura 19 - CnaR na Praça Deodoro



Fonte: Equipe CnaR (2019)

Figura 20 - CnaR no Desterro



Fonte: Equipe CnaR (2019)

Figura 21 - CnaR no Mercado Central



Fonte: Equipe CnaR (2019)

Figura 22 - CnaR na Praça Deodoro



Fonte: Equipe CnaR (2019)

Figura 23 - CnaR em Bairros Periféricos



Grande

Fonte: Equipe CnaR (2019)

Figura 22 - CnaR no Terminal da P.



Fonte: Equipe CnaR (2019)

3.2.3 SEMCAS - Centro POP - Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua

O Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua, popularmente chamado de Centro Pop é uma unidade pública de responsabilidade do estado que presta serviço especializado para pessoas em situações de rua.

Atualmente no município de São Luís - MA o Centro Pop possui duas sedes, sendo uma no Centro da Cidade que teve sua inauguração em Junho de 2010, e a outra no bairro da Cohab/Anil onde teve o início de suas atividades em Outubro de 2011.

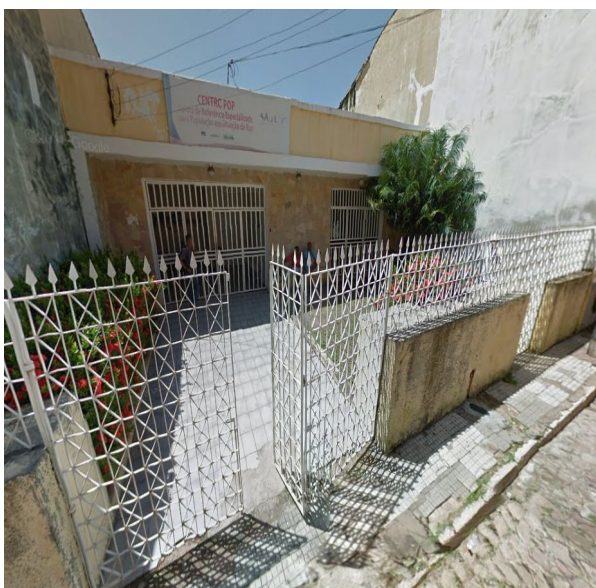
O Centro Pop trabalha na esfera de Proteção Social Especial de Média Complexidade, onde a busca é por assegurar atendimento e atividades direcionadas para o desenvolvimento de sociabilidades, fortalecimento de vínculos interpessoais, reinserção familiar, e autonomia dos usuários.

Conforme entrevista aberta com Rosedina, coordenadora do Centro Pop São Luís, as sedes do Centro Pop ficam em funcionamento de segunda a sexta, exceto feriados, e com horário definido de 8h às 18h, oferecendo atendimentos sociais e psicológicos, atividades sócio educativas, espaço de realização de higiene pessoal, local para guardar pertences, e viabilização de acesso ao almoço e jantar. Este último, através de parceria com a SEDES - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, que garante a gratuidade das refeições de seus usuários nos Restaurantes Populares da cidade.

Além destas, o Centro Pop viabiliza acesso a documentação, recâmbio para local de origem, orientação para acesso aos benefícios socioassistenciais como, aluguel social, auxílio natalidade, auxílio funeral, ao benefício de Prestação Continuada - BPC, orientação para os benefícios de outras políticas públicas, inserção e atualização de dados no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, encaminhamento para inserção no banco de empregos do SINE, e encaminhamento para orientações jurídicas.

O Centro Pop - Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua da Cidade de São Luís - Maranhão, será um dos pontos de pesquisa deste trabalho, e deu grande contribuição para o resultado final deste.

Figura 25 - Sede do Centro Pop



Fonte: Centro Pop (2019)

Figura 26 - Fachada da Sede



Fonte: Centro Pop (2019)

Figura 27 - Roda de Conversa com Psicólogas



Fonte: Centro Pop (2019)

Figura 28 - Avaliação Nutricional



Fonte: Centro Pop (2019)

Figura 29 - Oficina de Artesanato



Fonte: Centro Pop (2019)

Figura 30 - Conferência Estadual da Saúde



Fonte: Centro Pop (2019)

Figura 31 - Palestras



Fonte: Centro Pop (2019)

Figura 32 - Momentos de descontração



Fonte: Centro Pop (2019)

3.3 Análise de dados

O cerne desta análise é o conteúdo extraído tanto da observação, como da entrevista aberta, e da análise documental. Após a coleta de dados, deu-se início a compilação dos mesmos, e por fim foram representados através da infografia. Sendo os dados obtidos divididos em dois tipos: resultados quantitativos e qualitativos.

De acordo com Gil (2002):

A análise qualitativa é menos formal do que a análise quantitativa, pois nesta última seus passos podem ser definidos de maneira relativamente simples. A análise qualitativa depende de muitos fatores, tais como a natureza dos dados coletados, a extensão da amostra, os instrumentos de pesquisa e os pressupostos teóricos que nortearam a investigação. Pode-se, no entanto, definir esse processo como uma seqüência de atividades, que envolve a redução dos dados, a categorização desses dados, sua interpretação e a redação do relatório.

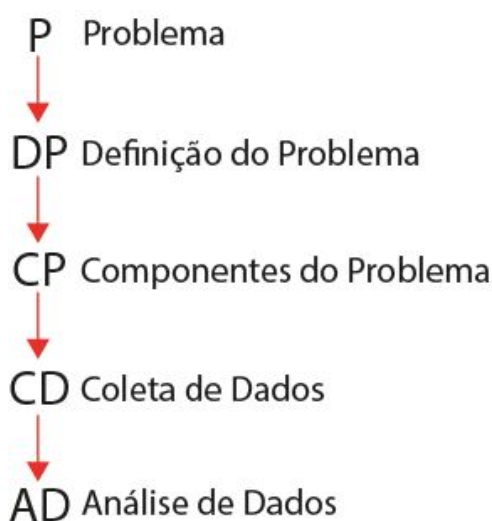
Nos resultados quantitativos haverá uma compilação de dados gerais da análise documental. Já na etapa individual os resultados qualitativos serão avaliados considerando os principais dados conquistados através da observação e da entrevista aberta, dando foco nos pontos discutidos pelo pesquisado e sendo ressaltado as situações mais fortes e frequentes vivenciadas por eles.

3.4 Infográfico

3.4.1 Processo Metodológico

O método de Munari (1981) foi utilizado para nortear o processo de construção da peça gráfica, assim como as etapas sugeridas pelo autor. Porém, devido a natureza do projeto, foram feitas alterações no decorrer do uso e aplicação do método, como é possível observar na descrição a seguir.

Figura 33 - Metodologia de Munari (1998)



Fonte: Adaptado de Munari (1988)

I. Problema:

A problemática escolhida para o desenvolvimento deste produto gráfico implica em informar a sociedade como um todo, em especial a população da cidade de São Luís - MA sobre as condições de vida das pessoas em situação da cidade em questão.

II. Definição do Problema:

A idéia é evidenciar a existência das pessoas em Situação de Rua na Cidade de São Luís, bem como as condições subumanas vivenciadas diariamente por elas, para apresentar essa situação, trazendo informações que respondam questões como “Quem são as Pessoas em Situação de Rua?” “Onde habitam?” “Como sobrevivem?” “Há quem os ajude?” Entre outras.

III. Componentes do Problema:

Quais são os dados mais relevantes a serem apresentados? Como apresentar esses dados? Quem precisa dessas informações? Como conscientizar a população de que essa situação deve receber atenção?

IV. Coleta de Dados:

Esta etapa foi feita nos quatro pontos de pesquisa escolhidos, sendo estas através de observação, entrevistas abertas, e por acesso a documentos institucionais.

V. Análise de Dados:

Ocorreu através dos dados adquiridos por observação, sendo assistemática e histórico de vida, por entrevistas abertas e análise documental.

3.4.2 Processo Criativo

Para auxiliar no processo criativo, utilizou-se a ferramenta Análise do Problema sugerida por Mike Baxter (2003), onde o objetivo principal é conhecer as causas básicas do problema e após isto definir suas metas e fronteiras, começando com a formulação do problema, e posteriormente respondendo diversos “por quê” com foco em alcançar as verdadeiras razões do intuito inicial.

Outra ferramenta utilizada foi a Personas e Cenários, descrita por Cooper (1998), que no trabalho em questão, será utilizada de forma adaptada. Em resumo, as personas colocam um rosto no usuário, transmitindo também através da imagem informações, neste caso específico, do grupo social pesquisado, dando assim a um personagem características de um grupo, que de acordo com Jones e Marsden (2006), podem ser inspiradas por dados coletados em estudos de campo.

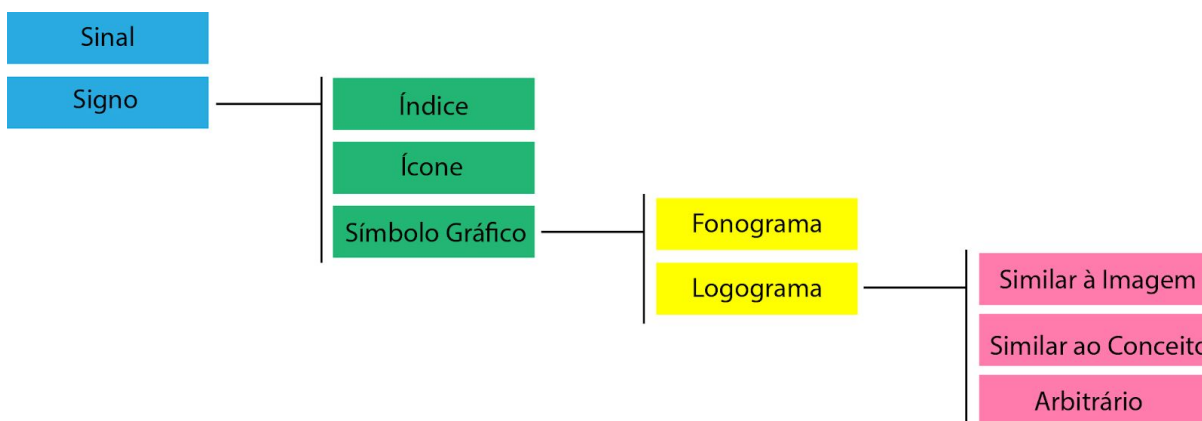
Reiterando que foi utilizado o método para produção de infografia apresentado por Ary Moraes (2013), já apresentado anteriormente, onde o mesmo apresenta 8 etapas para o desenvolvimento de um infográfico.

3.4.3 Iconografia

Para uso dos ícones que compõem o infográfico, fez-se um levantamento e uso de símbolos já existentes e baseou-se na classificação de símbolos proposta por Martin Krampen (1979), onde o mesmo divide os símbolos gráficos em fonogramas (representam sons) e lologramas (representam palavra ou conceito, independentes do som).

Rudolf Modley (1969), inspirado pelo autor anterior, criou um sistema de classificação simples dos símbolos gráficos, onde pode-se compreender de forma mais ampla a função dos mesmos, e servirá também como base teórica para escolha e uso dos ícones utilizados neste deste trabalho.

Figura 34 - Classificação de Rudolf Modley (1969)



Fonte: Rudolf Modley (1969)

Durante a produção de infográficos para apresentação de dados obtidos através da pesquisa deste trabalho, serão utilizados logogramas similares à imagem, que também são chamados de pictogramas. Estes, segundo Formiga (2011), são desenhos esquemáticos que correspondem por semelhança ao objeto real de modo estilizado ou estereotipado, e geralmente sendo auto-explicativos.

4 PERFIL DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA DE SÃO LUÍS - MA

4.1 Dados coletados na Fraternidade O Caminho

Figura 35 - Infográfico com Dados da Fraternidade O Caminho



Fonte: Elaborado pela autora com base nas entrevistas abertas aplicadas e por observações feitas durante a realização da pesquisa na Fraternidade O Caminho

A Comunidade Católica Fraternidade O Caminho, através da Pastoral de Rua ativa na Cidade de São Luís - MA, realiza atividades em quatro pontos distintos da cidade, sendo eles: Deodoro, Mercado Central, São Francisco e João Paulo.

Nestes, o número aproximado de Filhos Prediletos assistidos é de 170, sendo predominante o sexo masculino. Dentre eles a maior parte faz uso de Drogas Lícitas e Ilícitas, e recebem atenção num outro serviço voluntário realizado na Fraternidade.

4.2 Dados coletados no Consultório na Rua

Figura 36 - Infográfico com Dados do Consultório na Rua



Fonte: Elaborado pela autora com base nas entrevistas abertas aplicadas e análise documental feitas durante a realização da pesquisa no Consultório na Rua.

A SEMUS por meio do Consultório na Rua, realiza atendimentos voltados para Pessoas em Situação de Rua da Cidade de São Luís, sendo os pontos de atendimentos distribuídos em cinco distritos que acabam por abarcar diversas localidades. Os distritos e suas regiões de alcance são os seguintes: 1. Coroadinho (Praça João Lisboa, Cais da Praia Grande, Reviver, João Paulo, Coroadado e Coroadinho); 2. Cohab/Anil (Av. Rei de França e Av. Daniel de La Touche); 3. Centro (São Francisco, Ponte Bandeira Tribuzzi, Parque do Bom Menino, Mercado Central, Portinho, Igreja de Santo Antônio, e Praças Dom Pedro II e Maria Aragão); 4. Bequimão (Rodoviária e adjacências); 5. Itaquí Bacanga (Av. dos Portugueses).

Atualmente, o Consultório na Rua de São Luís - MA possui 885 prontuários abertos, mas destes apenas 689 são cadastrados no ESUS (software criado para reestruturar informação da AB - Atenção Básica a nível nacional), sendo 504 homens e 185 mulheres. Esta diferença significativa de 196 Pessoas em Situação de Rua do município não cadastradas, se dá pelo fato de que estes não possuem documentos básicos como RG e CPF. Deste modo, são denominados e reconhecidos apenas por nome social, sem o benefício do registro no sistema.

4.3 Dados coletados no Centro Pop

Figura 37 - Infográfico com Dados do Centro Pop



Fonte: Elaborado pela autora com base nas entrevistas abertas aplicadas e análise documental feitas durante a realização da pesquisa no Centro Pop.

O Centro Pop sob coordenação da SEMCAS, possui duas sedes de acolhimento para as Pessoas em Situação de Rua, sendo uma no Centro da Cidade, e outra na região da Cohab/Anil. Ao todo, O Centro Pop possui 909 acolhidos (663 da Sede Centro e 243 da Sede Cohab/Anil).

Entre as 909 Pessoas em Situação de Rua que fazem uso do Centro Pop, 755 são do sexo masculino, e 154 do feminino. Porém, das 909 Pessoas acolhidas, apenas 551 são registradas no CadÚnico (Cadastro Único do Governo Federal

utilizado para Programas Sociais), pois 358 possui problemas com os documentos básicos de identificação nacional.

5 RESULTADO

5.1 Construção do Infográfico

5.1.1 Definição de Cores

Inicialmente, foi uma análise de imagens, ilustrações e fatos reais do cotidiano dos pesquisados, bem como dos pontos de pesquisa que serviram de apoio para este projeto. Chegou-se então, a uma paleta cromática fria, com tons predominantes de azul e rosa, e a cor amarelo como contraste das demais.

Figura 38 - Paleta Cromática do Infográfico

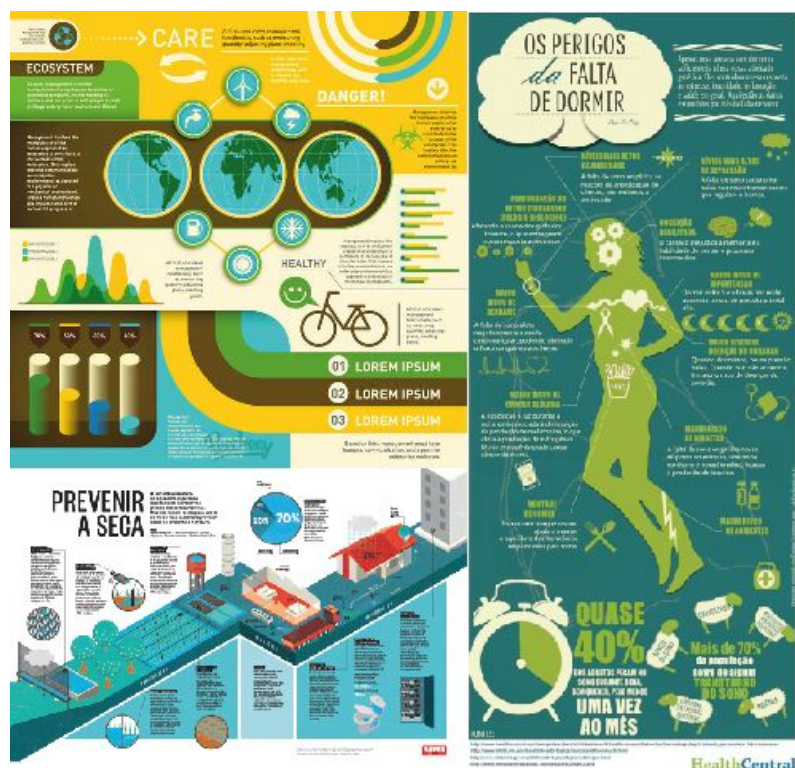


Fonte: Autora (2019)

5.1.2 Definição de Tipografia

Para essa etapa, utilizou-se infográficos já existentes de campanhas para análise e escolha da tipografia. Após análise de algumas tipografias semelhantes, optou-se pela fonte 'Q for the Memories', para o título principal do infográfico.

Figura 39 - Infográficos Analisados



Fonte: Pinterest (2019)

Figura 40 - Análise e Escolha Tipográfica

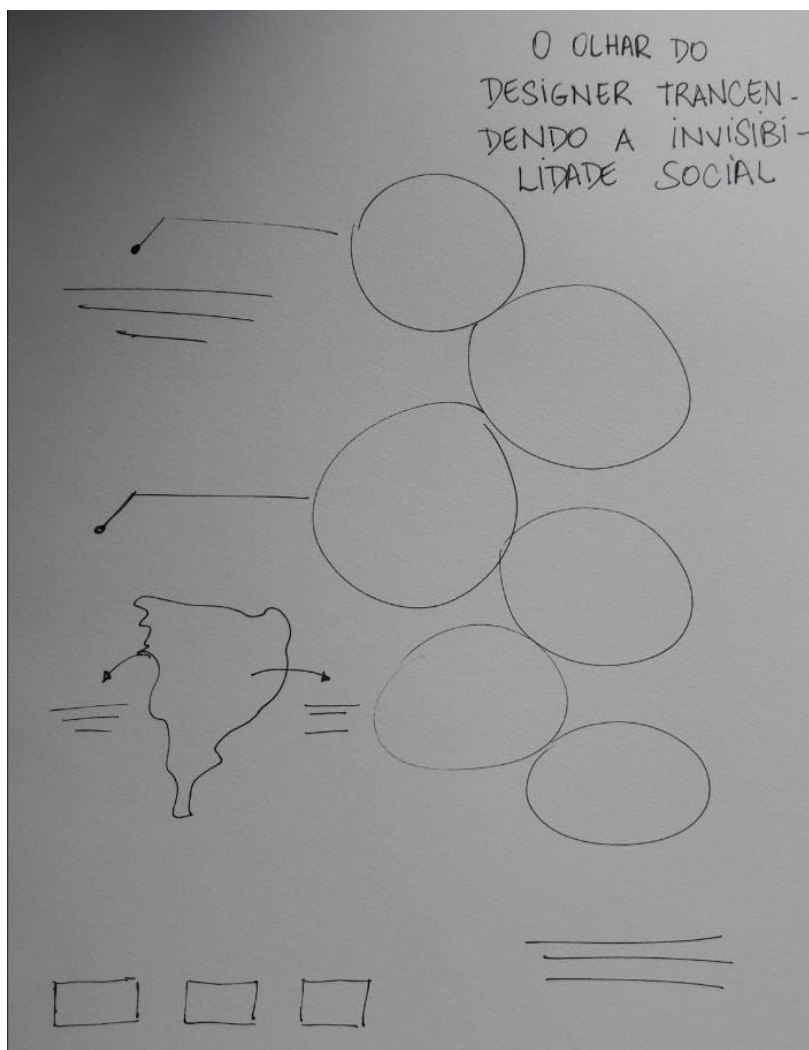
Nue Gothic Round VIDAS AO LÉU	Q for the Memories VIDAS AO LÉU
Adam Pro VIDAS AO LÉU	Bebas Neue Regular VIDAS AO LÉU

Fonte: Autora (2019)

5.1.3 Definição de Layout

Depois de toda a análise inicial feita, começou-se a etapa de geração de alternativas para construção do layout. Ao final, fez-se rascunhos dos possíveis grids a serem aplicados, e o que mais se aproximou do produto final foi o seguinte.

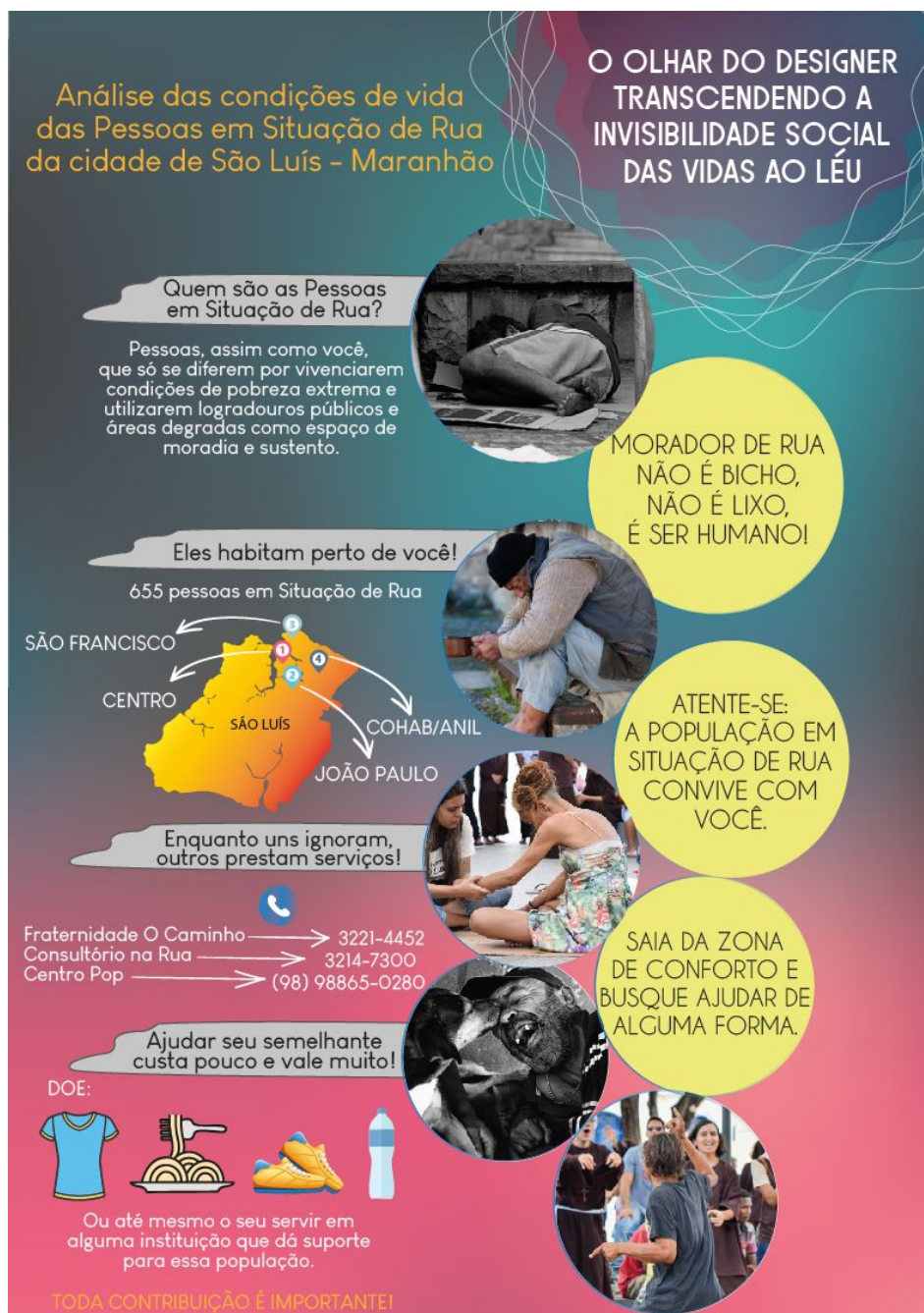
Figura 41 - Rascunho do possível grid



Fonte: Autora (2019)

5.2 Infográfico criado para difusão de informações gerais obtidas durante a pesquisa sobre a População em situação de rua de São Luís-MA

Figura 42 - Infográfico com Informações Gerais da População em Situação de Rua da Cidade de São Luís - MA



Fonte: Elaborado pela autora com base nas entrevistas abertas aplicadas e análise documental feitas durante a realização do trabalho em três pontos de pesquisa.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho adotou como objetivo geral apresentar por meio de infográficos, dados coletados durante a realização da pesquisa sobre a vida das pessoas em situação de rua da cidade de São Luís - MA, com foco em explicitar as situações distintas vivenciadas por essa população, promovendo assim maior esclarecimento e interesse de profissionais ou não do design, em contribuir para melhor condição de vida desse grupo social.

Para alcançar o fim referido, foi desenvolvida revisão bibliográfica sobre os temas pertinentes, análise documental dos pontos de pesquisa, participação e observação nas atividades destes mesmos pontos e, ainda realização de entrevista aberta diretamente com os sujeitos da pesquisa.

A partir da metodologia adotada, depreendeu-se que existe um número significativo de aproximadamente 650 pessoas em situação de rua na cidade de São Luís - MA, sendo estes predominantemente homens, e independente do sexo, oriundos de transtornos como vícios em álcool ou drogas, desemprego, ou desavenças familiares. Além disso, foi possível compreender os locais mais habitados por essa população dentro do território do município, e também o modo como estes sobrevivem.

Deste modo, nota-se que os sujeitos dessa pesquisa na maioria das vezes não se encontram nessas condições por escolha, bem como vivenciam diversas dificuldades como falta de alimentação, higiene básica, vestimentas, entre outras.

A referida constatação quanto às condições de vida das pessoas em situação de rua da cidade em questão, ilustra apenas a realidade da existência da invisibilidade social vivenciada por esse grupo populacional desfavorecido, assim como as poucas políticas públicas e iniciativas privadas que olham de maneira humana para estas pessoas.

Reitera-se, por oportuno, a necessidade de que mais estudos sejam feitos sobre a população em situação de rua, em especial pelos profissionais do design, com a clara possibilidade de contribuir expressivamente para melhoria das

condições de vida dessas pessoas, e aumentando assim o interesse sobre o tema do grupo em questão nas produções científicas.

REFERÊNCIAS

ANGROSINO, M. Etnografia e observação participante. Porto Alegre: Artmed, 2009.

ARGILAGA, M. T. A. La observación participante. In A. G. Báztan (Ed.), Etnografía: metodología cualitativa e investigación sociocultural. Barcelona: Boixareu Universitaria, 1995.

ANDRADE, LAG. O município na política brasileira: revisitando Coronelismo, enxada e voto. In: Avelar L e Cintra AO, organizadores. Sistema Político Brasileiro: uma introdução. São Paulo: Editora Unesp; 2004.

AKERMAN M, MENDES R. Intersetorialidade e sustentabilidade nas políticas de saúde: meros vocábulos? In: Gaspar R, Akerman M, Graib R, organizadores. Espaço Urbano e Inclusão Social: a gestão pública na cidade de São Paulo 2001-2004. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo; 2006.

BELENGUER JANÉ, Mariano. La infografía aplicada al periodismo científico. Revista Latinoamericana de Comunicación - Chasqui, Quito, n. 66, jun. 1999.

BONSIEPE, Gui. Design, Cultura e Sociedade. São Paulo, Blucher, 2011.

BARDIN, L. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011.

BAUMAN, Zygmunt. Modernidade e Holocausto. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 1998.

BAXTER, M. Projeto de produto: guia prático para o design de novos produtos. 2. ed. rev. - - São Paulo: Blucher, 2003.

BUARQUE, C. O que é apartação. o apartheid social no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1993.

BURSZTYN, Marcel (Org.). No meio da rua: Nômades, Excluídos e Viradores. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

BERGER, P. & LUCKMANN, T. A construção social da realidade. Petrópolis: Vozes, 1985.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Pesquisa Nacional Sobre a População em Situação de Rua. Brasília: Meta Instituto de Pesquisa de Opinião; Secretária de Avaliação e Gestão da Informação; Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2008.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. Primeiro censo e pesquisa nacional sobre a população em situação de rua. Brasília: MDS/Sagi, abr. 2008.

CHAPPÉ, Jean-Marie. L'infographie de presse. Paris: Editions du Centre de formation et de perfectionnement des journalistes, 1993.

CAIRO, Alberto. Una noche haciendo infografías en elmundo.es. 2005b. Disponível em: . Acesso em: 04 abr. 2019.

CALADO, S.dos S; Ferreira, S.C dos R. Análise de documentos: método de recolha e análise de dados. Disponível em:
<http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/ichagas/mi1/analisedocumentos.pdf>

CARDOSO, Rafael. Design, cultura e fetichismo dos objetos. Arcos, v.1, 1998.

COLLE, Raimond. Infografía: tipologías. Revista Latina de Comunicación Social, La Laguna (Tenerife), n. 57, jan/jun. 2004. Disponível em: . Acesso em: 4 abr. 2019.

COLLE, Raimond. Estilos o tipos de infógrafos. Revista Latina de Comunicación Social, La Laguna (Tenerife), n. 12, dez, 1998. Disponível em: . Acesso em: 4 abr. 2019.

COOPER, A. The inmates are running the asylum: why high-tech products drive us crazy and how to restore sanity. Indianapolis: sams, 1998.

CONSTITUIÇÃO do Brasil. Rio de Janeiro: Editora Auriverde; 2005.

DE PABLOS, Jose Manuel. Infoperiodismo. El Periodista como Creador de Infografía. Madrid: Editorial Síntesis, 1999.

DENZIN, N. K. e LINCOLN, Y. S. Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, N. K. e LINCOLN, Y. S. (Orgs.). O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

FERRERES, Gemma. La infografía periodística. 1995. Disponível em: . Acesso em: 4 abr. 2019.

FRANCISCO, Papa. Vaticano, na Memória litúrgica de Santo António de Lisboa. 2018.

FONSECA, C.; MACHADO, H. (Orgs.). Ciência, identificação e tecnologias de governo. Porto Alegre: Editora da UFRGS/Cegov, p. 121-145, 2015.

FORMIGA, Eliana. Símbolos gráficos: métodos de avaliação de compreensão - São Paulo: Bucher, 2011.

GIL, Elisete. Consultório na Rua pintando saúde: uma proposta em educação permanente em saúde. Porto Alegre, 2016.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. - São Paulo : Atlas, 2002

GASKELL (Eds.), Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. Petrópolis: Vozes, 2002.

GUARESCHI, P. A. A ideologia: um terreno minado. Psicologia e Sociedade, São Paulo, vol. 8, n. 2, 1996.

GUSMÃO, Gabriela. Rua dos inventos: ensaio sobre desenho vernacular. F. Alves, Universidade do Texas, 2002.

HORN, Robert E. 1998. Visual Language: Global communication for the 21st Century, Washington: Macro VU, Inc.

HAGUETTE, T. M. F. (2005). Metodologias qualitativas na sociologia. Petrópolis: Vozes. (Trabalho original publicado em 1987).

HALLAIS, J.; BARROS, N. Consultório de rua: visibilidades, invisibilidade e hipervisibilidade. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 31, n. 7, jul. 2015.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. População em situação de rua: relatório do teste-piloto. Rio de Janeiro: IBGE, abr. 2014.

JONES, M. & MARSDEN, G. Mobile Interaction Design, Glasgow: John Wiley & Sons, 2006.

KANNO, Mário; Infografe: Como e porque usar infográficos para criar visualizações e comunicar de forma imediata e eficiente. São Paulo, Infolide, 2013.

KRABBENDAM, M. S. Sustainist Design Guide, Editora BisPublishers, 2º Edição, Amesterdão, 2013.

KRAMPEN, M. Meaning in the Urban Environment. Publisher, Pion, 1979.

KRUCKEN, Lia. Design e Território - Valorização de identidades e produtos locais. Studio Nobel, 2009.

KRIPPENDORFF, Klaus. Design centrado no usuário: uma necessidade cultural. Estudos em Design, Rio de Janeiro, 2000.

KOTHARI, M. Report of the special rapporteur on adequate housing as a component of the right to an adequate standard of living. Economic and Social Council. Commission on Human Rights, Sixty-first session. United Nations, 3 mar. 2005.

LAKATOS, Eva M. & MARCONI, Marina de A. Técnicas de pesquisa. In: _____. Técnicas de Pesquisa. 5 ed. São Paulo: Atlas. Cap. 3. 2002

LIMA, H. A. . O design é importante?. ForoAlfa , v. 1, p. 1, 2015.

MARGOLIN, Victor. A idade da comunicação: um desafio para os designers, in Estudos em Design. Rio de Janeiro: AEnD-BR, 1994.

MANZINI, E. Design para a inovação social e sustentabilidade: comunidades criativas, organizações colaborativas e novas redes projetuais. Rio de Janeiro: Epapers, 2008.

MONNERAT, G.L.; SOUZA, R.G. de. Da Seguridade Social à interresetorialidade: reflexões sobre a integração das políticas sociais no Brasil. Florianópolis: Katálysis, 2011.

MODLEY, Rudolf. Handbook of pictorial symbols. New York: Dover Publications, 1976. _____ . The challenge of symbology. New York: Dover Publications, 1969.

MENEZES, Lucianne Sant'anna de. Pânico: efeito do desamparo na contemporaneidade. Um estudo psicanalítico. São Paulo: Casa do Psicólogo, FapeSP, 2006.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento científico: pesquisa qualitativa em saúde. 2a edição. São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec-Abrasco, 1993.
MORAES, Ary. Infografia: história e projeto. São Paulo: Busher, 2013.

NASCIMENTO, E. P. do. Hipóteses sobre a nova exclusão social: dos excluídos necessários aos excluídos desnecessários. Cadernos CRH, Salvador. 1994.

NIEMEYER, L. Design no Brasil: origens e instalação. 2.ed. Rio de Janeiro: 2AB, 1998.

ONO, Maristela. Design, cultura e identidade de contexto da globalização. Revista Design em Foco, vol.I, núm. 1, julho-dezembro, 2004.

PACHECO, Heliana Soneghet. O Design Social, a barraca, e o desenho coletivo na PUC Rio. IN: Estudos em Design - design Articles. Anais P&D, n.1, out. 1996.

PAPANEK, Victor. Design for the real world. Publisher, Thames and Hudson, 1982.

PAPANEK, V. "Renovar as coisas e torná-las belas", in CALÇADA, A. et al (Coord.). Design em aberto. Uma antologia, Lisboa: Centro Português de Design, 1993

PAPANEK, Victor. Arquitetura e Design: ecologia e ética. Lisboa, Portugal: 70, 1997.

RAJAMANICKAM, Venkatesh. 2005. Infographics Seminar Handout. Disponível em . Acesso em 4 de abr. 2019.

RIBEIRO, Susana Almeida. Infografia de Imprensa: História e análise ibérica comparada. Minerva Coimbra, 2008.

RICARDO, C. Política Nacional para a População em Situação de Rua e a intersectorialidade. In: Seminário: o desafio da implementação das políticas públicas. Brasília: Enap, 2013.

RICHARDSON, Roberto J. Observação. In: _____. Pesquisa Social: métodos e técnicas. 3 ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas. Cap. 16. 1999

SERRA, Joseph María. La irrupción del infografismo en España. Revista Latina de Comunicación Social, La Laguna (Tenerife), n. 11, nov. 1998. Disponível em: . Acesso em: 4 abr. 2019.

SELLTIZ, Wrigtsman & Cook. Dados de observação e de arquivo. In: _____. Métodos de Pesquisas nas Relações Sociais. 2 ed. São Paulo: EPU. Cap. 11. 1987

SHEA, A. Designing for Social Change, 1º Edição, Editora Princeton Architectural Press, New York, 2012.

SIMMEL, Georg. Les Pauvres, Paris, P.U.F., 1998.

SENA, Paulo Sergio. O Design Social e o Corpo Teórico da Ecologia Humana. Estudos em Design, 1995.

SUNKEL, O.; Paz, P. Subdesarrollo latinoamericano y la teoria del desarrollo, Mexico City, Siglo Veintiuno, 1970.

SCHUCH, P. A legibilidade como gestão e inscrição política de populações: notas etnográficas sobre a política para pessoas em situação de rua no Brasil. 2015.

SHEDROFF, N. Information Interaction design: a unified theory of design, 1999.

TUFTE, Edward R. 1983. The Visual Display of Quantitative Information. Cheshire, Connecticut: Graphics Press.

TWYMAN, Michel. 1979. A schema for the study of graphic language. In: Paul A. Kolers, Merald E. Wrolstad; Herman Bouma (Ed.). Processing of visible language. Nova York & Londres: Plenum Press.

VALERO SANCHO, José Luis. La infografía: técnicas, análisis y usos periodísticos. València: Universitat de València; Castelló de la Plana: Publicaciones de la Universitat Jaume I; Barcelona: Universitat Pompeu Fabra; Bellaterra: Universitat Autònoma de Barcelona, Servei Publicacions, D.L. 2001.

VIEIRA, M. M. F. e ZOUAIN, D. M. Pesquisa qualitativa em administração: teoria e prática. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

VERGARA, S. C. Projetos e relatórios de pesquisa em administração. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

WESTPHAL, MF, MENDES, R. Cidade Saudável: uma experiência de interdisciplinaridade e intersectorialidade. RAP 2000.

____. Cadastro Único para Programas Sociais do governo federal. Brasília: MDS, 2015.

_____. Censo do Sistema Único da Assistência Social (Suas). Brasília: MDS, 2015.

ANEXOS